

LINHAS IMAGINÁRIAS: QUESTÕES E REPRESENTAÇÕES DE MASCULINIDADES EM *EQUADOR*

Daniel Filipe Mendes Matias

Dissertação de Mestrado em Estudos sobre as Mulheres

MARÇO, 2010

Daniel Filipe Mendes Matias, Linhas
imaginárias: Questões e representações
de masculinidades em *Equador*, 2010



Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Estudos sobre as Mulheres, realizada sob a orientação científica de Professor Doutor Manuel Lisboa e Professora Doutora Teresa Almeida

DECLARAÇÕES

Declaro que esta Dissertação é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas e na bibliografia.

O candidato,

Lisboa, de de

Declaro que esta Dissertação se encontra em condições de ser apresentada a provas públicas.

O(A) orientador(a),

O(A) orientador(a),

Lisboa, de de

Dedicado à minha família

AGRADECIMENTOS

Uma tese de mestrado, como grande parte de todo o trabalho científico, não é um acto isolado, mas idealmente um acto de colaboração. Gostaria assim de agradecer em primeiro lugar aos meus dois orientadores: Prof. Doutor Manuel Lisboa, pela sua sagacidade e espírito crítico e Prof. Doutora Teresa Almeida por perceber o que eu queria fazer e onde queria chegar. Os esforços de tradução e criação de possibilidades e alternativas que se procuraram espelhar no presente trabalho, se alcançaram algum mérito, certamente têm como fontes inspiradoras o privilégio de poder trabalhar com ambos.

Gostaria de agradecer às minhas colegas de mestrado, por dois anos repletos de discussão, críticas, prazeres e apoios.

Por último, gostaria de agradecer à minha família, cujos contributos para o presente trabalho são incalculáveis, sob todas as formas.

Eventuais erros presentes neste trabalho são da minha inteira responsabilidade. Onde não estipulado por regras institucionais, seguiu-se a formatação de texto de acordo com as regras da American Psychological Association, devido à minha formação anterior.

RESUMO

LINHAS IMAGINÁRIAS: QUESTÕES E REPRESENTAÇÕES DE MASCULINIDADES EM *EQUADOR*

DANIEL FILIPE MENDES MATIAS

PALAVRAS-CHAVE: Masculinidades, género, teoria feminista, literatura

O presente estudo procura analisar a obra literária *Equador* da autoria de Miguel Sousa Tavares numa perspectiva de género. Atendendo à literatura existente sobre a matéria, procurou realizar-se uma reflexão sobre as masculinidades existentes na obra, nomeadamente como são construídas e apresentadas na sua relação; quais os lugares do feminino na obra; e como se constroem as relações de poder entre os personagens. Empregando a teoria crítica feminista, procurou analisar-se quais as ideologias presentes no texto em termos de género, através de uma apresentação das dicotomias existentes, revelando assim as contradições e paradoxos que presidem às construções de género. Tendo sido concluído que a obra tem por base um projecto democrático, sugerimos pistas em como esse projecto poderá alcançar maior expressão através de uma compreensão mais pertinente das relações de género e de como estas, na sua intersecção com outras dimensões sociais, constituem elementos fundamentais para uma participação fulcral do Outro no desenho de uma sociedade mais justa.

ABSTRACT

IMAGINARY LINES: QUESTIONS AND REPRESENTATIONS OF MASCULINITIES IN *EQUADOR*

DANIEL FILIPE MENDES MATIAS

KEYWORDS: Masculinities, gender, feminist theory, literature

The present study analyses *Equador*, a literary work by Miguel Sousa Tavares, in a gender perspective. Based on the ever-growing literature available on the subject, the focus of the study centered on existing masculinities present in the book, namely regarding how such masculinities are presented and constructed through the relations with others. Employing critical feminist theory, we attempted to analyse the gender ideologies through an unveiling of the dichotomies present in the book, thus revealing the contradictions and paradoxes that preside to gender formulations. Having reached the conclusion that the book, at its core, advances a democratic project, we further suggest that such a project would achieve greater expression through a wider understanding of gender relations, and how such relations, intersected as they are by other social dimensions, compose the fundamental elements that may allow the Other to be a fulcral part in the design of such a democratic project.

ÍNDICE

Introdução	1
Capítulo I: Enquadramento Teórico – Género e Masculinidades	5
I. 1. Estudos sobre as Mulheres e definição de género	5
I. 2. Masculinidades.....	12
I. 3. Masculinidades enquanto construções sociais	13
Capítulo II: Enquadramento Teórico – Análise e Crítica Feminista.....	18
II. 1. Crítica literária feminista.....	23
Capítulo III: Análise da obra <i>Equador</i>	28
Conclusão.....	48
Bibliografia	55

“We die containing a richness of lovers and tribes, tastes we have swallowed, bodies we have plunged into and swum up as if rivers of wisdom, characters we have climbed into as if trees, fears we have hidden in as if caves. I wish for all this to be marked on my body when I am dead. I believe in such cartography— to be marked by nature, not just to label ourselves on a map like the names of rich men and women on buildings. We are communal histories, communal books. We are not owned or monogamous in our taste or experience. All I desired was to walk upon such an earth that had no maps.”

- *The English Patient*, Michael Ondaatje

Introdução

A literatura sempre exerceu um claro fascínio sobre as feministas, como discutido em maior profundidade nos capítulos seguintes. Levanta-se uma questão quiçá inevitável: qual a razão de tal fascínio? Que poderes poderá ter um singelo conjunto de folhas coladas umas às outras, repletas de borrões de tinta? Estes aglomerados de páginas são manuseados livremente, trocados, desfrutados, cheirados. Será possível terem um valor político?

Em Elizabeth Costello, romance de J. M. Coetzee, os livros são retirados de sacos ou mochilas e empunhados, erigidos, como se de uma verdadeira parede se tratassem: “we notice how people on trains take books out of their bags or their pockets and retreat into solitary worlds. Each time the book comes out it is like a sign held up. *Leave me alone, I am reading*, says the sign. *What I am reading is more interesting than you could possibly be*” (2003, p. 40). Certamente os livros poderão ser usados para um fim solitário: nesta situação apenas existe o livro e o leitor, numa relação constrangedora com um terceiro, o Autor, embrenhando-se o leitor numa procura constante do significado último, único, inegável, daquelas palavras e frases.

Por outro lado, a teoria feminista, ao mesmo tempo influenciada por - e influenciando - tendências pós-estruturalistas, apresenta-se no geral não como uma tentativa frenética de descortinar o significado oculto das palavras, o que o Autor quis realmente dizer, oferecendo pelo contrário formas de perspectivar o texto como um manancial quiçá infinito de interpretações e possibilidades. O texto, dantes entendido como encerrando um significado concreto, abre-se então à diferença, à noção dialógica de que o texto e o leitor são, ao mesmo tempo, realidades em movimento, intrinsecamente plurais.

É certo que um texto reflecte contudo uma interpretação – necessariamente distorcida – do contexto sociopolítico em que foi criado. O texto não escapa a uma natureza política, ao disseminar uma ideologia que, por não ser questionada ou mesmo

concebida em termos conscientes e críticos, é mantida e reproduzida. Ao mesmo tempo, é com alguma surpresa que encontramos nesse mesmo texto as contradições que permitem tecer os princípios de uma negação dessa ideologia. Ao identificarmos as contradições dos absolutos em que grande parte das ideologias se baseiam, entendemos a própria existência e natureza dessa ideologia; e novos caminhos podem ser trilhados.

É por estar ciente da capacidade transformadora da literatura, da tensão entre um poder aparentemente inexistente ou inofensivo e um poder ciclónico que nos arremessa para realidades até aquele momento infiguráveis, indizíveis, que este trabalho procura realçar a forma como a leitura de um simples livro pode ser um dos actos mais radicais de transformação. É esta capacidade de tradução – desde os horrores do projecto colonialista como apresentado por Conrad em *Heart of Darkness* até ao drama familiar protagonizado por uma pessoa hermafrodita em *Middlesex* de Eugenides – que exerce um fascínio sobre as possibilidades de conhecer outras narrativas, outras vidas, e transformar o nosso ser e, necessariamente, as nossa políticas. Tais possibilidades de tradução não encontrarão ressonância em várias subjectividades; e, mesmo naquelas que encontram essas possibilidades de tradução, a mesma não será seguramente realizada de forma linear ou monolítica. As possibilidades que a literatura oferece, devido ao choque e encanto, ao reconhecimento e ao distanciamento, o jogo complexo entre as várias tensões são, gostaríamos de propor, a razão pela qual os feminismos ainda na actualidade dão uma primazia aos textos literários.

Desta forma, o presente trabalho, realizado na área interdisciplinar dos estudos de género, propõe uma análise da obra de Miguel Sousa Tavares, *Equador*. Entendida como um dos marcos da literatura portuguesa, o impacto da obra foi consolidado por uma recente adaptação televisiva, esta mesma oferecendo a sua própria interpretação da obra original. Estamos necessariamente interessados em entender nomeadamente como são representadas e veiculadas as masculinidades existentes na obra; que ideologia dominante constrói essas masculinidades? Se, como procuramos argumentar, a obra procura ter uma base democrática, será este projecto democrático estendido à dimensão ainda largamente ignorada do género?

Uma obra literária começa com uma frase, um elemento fundamental que deve cativar o leitor e estabelecer uma ponte entre dois mundos. É empregando esta noção que se iniciará a análise de *Equador*; contudo, podemos quiçá situar o início da obra não na sua primeira frase, mas no que a precede, nomeadamente na definição de Equador:

“linha simbólica de demarcação, de fronteira entre dois mundos”. A questão que se coloca é como essa linha simbólica é tratada: com reverência, como se tivesse uma origem natural e inviolável, ou com uma noção de subversão, de mobilidade, atendendo às configurações sociais e políticas? Em suma, pegando na noção destas linhas imaginárias e aplicando-a directamente à própria obra, como são tratados os espaços entre o *self* e o outro; entre homens e mulheres; entre colonizadores e colonizados? Serão as dicotomias mantidas, ou apresentar-se-ão outras formas de relação? Em suma, as cartografias desenhadas ao longo da obra primarão pela manutenção acrítica de exclusões tradicionais ou, pelo contrário, serão criados novos mapas de compreensão e relacionamento? Em função da sua importância política, são estas algumas das perguntas que se encontram na génese do presente trabalho.

No primeiro capítulo abordamos especificamente a temática do género, considerando a forma como a noção de interseccionalidade criada pelos estudos sobre as mulheres veio alterar a percepção essencialista do conceito de género. Desta forma, apresentamos com base na literatura científica uma definição de género que concebe o mesmo não como uma essência, algo de irreduzível e inflexível, mas sim género enquanto instituição, elaborado nas dinâmicas sociais do quotidiano, nas relações sociais entre pessoas e instituições. Para este fim, procuramos igualmente tecer algumas considerações sobre o contexto teórico e político que permitiu que tais configurações fossem elaboradas, debruçando-nos então sobre uma apresentação das várias noções e formações de masculinidades, realçando o seu carácter institucional e mutável.

No segundo capítulo apresentamos uma sumária consideração da teoria literária feminista; não pretendendo ser uma apresentação exaustiva, procuramos uma contextualização do texto literário enquanto arquivo de uma cultura, realçando-se assim o seu carácter inerentemente político. O carácter plural do texto como meta e função do crítico é exposto, afirmando-se que o objectivo último da teoria literária feminista é o de criação de novos espaços, novas cartografias, em espaços anteriormente considerados como naturais, unos, irremediavelmente cristalizados. Desta forma, sugere-se que a teoria literária feminista é orientada, no seu cerne, pela própria alteridade do texto, considerando-se a relação entre a alteridade do texto e a alteridade humana, procurando desenhar-se linhas que se entrecruzam e se confundem na sua relação.

O terceiro capítulo é dedicado à análise da obra *Equador*, de Miguel Sousa Tavares.

O quarto e último capítulo é dedicado às conclusões do presente estudo, procurando sintetizar certos aspectos da análise previamente criada, assim como procurando considerar futuras possibilidades.

“Deste modo vamos construindo um azulejo: painel. Carta por carta ou palavra escrita, volátil, entregue. A nós principalmente, depois a eles; a quem nos quiser ler mesmo com raiva. E nunca o amor foi tão inventado, logo verdadeiro.”

- *Novas Cartas Portuguesas*

Capítulo I

Enquadramento Teórico – Género e Masculinidades

No presente capítulo procuramos, partindo de uma contextualização dos estudos sobre as mulheres, definir género e masculinidades, atendendo necessariamente ao carácter interseccional e mutável de tais definições.

Estudos sobre as Mulheres e a definição de género

Os estudos sobre as mulheres, estabelecidos academicamente a partir das décadas de 60 e 70 no mundo ocidental, encontravam-se intimamente ligados ao movimento sociopolítico feminista (Robinson, 1997); desta forma, esta área interdisciplinar do conhecimento afigura-se como inerentemente política, ao criticar o androcentrismo que permeia ainda grande parte do pensamento contemporâneo (Beasley, 1999). Como considera hooks (1984, 2000a), o feminismo é um movimento para erradicar o sexismo, a exploração sexista e a opressão. Os conceitos – e práticas – de mudança e poder são centrais nas teorias feministas, na procura de uma redefinição das relações entre homens e mulheres (Barbosa, 2008; Segal, 1988, 2007). Tal projecto

encontra várias resistências: a face pública do feminismo (Segal, 1988) em Portugal é ainda, de acordo com Tavares (2000), a de “um simples movimento liderado por algumas mulheres radicais na sua luta contra os homens” (p. 103), escondendo todas as críticas, discussões e parcerias elaboradas dentro dos feminismos.

Contrariando assim noções tradicionais, encontramos em muita da literatura feminista toda uma série de formulações e reivindicações relativamente à representação – ou, melhor dizendo, invisibilidade – de várias mulheres. Como exemplos, as feministas afro-americanas reivindicam noções mais complexas que liguem género com ‘raça’ (hooks, 1981, 2000b); feministas latinas consideram como um foco de género é insuficiente para considerar as complexidades inerentes das mulheres numa actualidade globalizada (Mohanty, 2003); feministas lésbicas, após um êxodo intelectual para a formação de uma teoria *queer*, questionam prescrições que consideram normativas relativamente à sexualidade e desejo (Penedo, 2008).

É em função destas e outras críticas que surge e é desenvolvida a noção de interseccionalidade¹; de acordo com McCall (2005) a interseccionalidade pode ser considerada como o contributo teórico mais importante dos estudos sobre as mulheres. Davis (2008) define interseccionalidade como um termo que se refere à interacção entre género, raça, e outras categorias de diferença nas vidas individuais, práticas sociais, arranjos institucionais, e ideologias culturais e as consequências dessas interacções em termos de poder. Como considera Butler (1999):

If one “is” a woman that is surely not all one is; the term fails to be exhaustive, not because a pregendered “person” transcends the specific paraphernalia of its gender, but because gender is not always constituted coherently or consistently in different historical contexts, and because gender intersects with racial, class, ethnic, sexual, and regional modalities of discursively constituted identities. As a result, it becomes impossible to separate “gender” from the political and cultural intersections in which it is invariably produced and maintained. (pp. 4-5)

¹ O termo foi originalmente criado por Kimberlé Crenshaw, sendo contudo importante realçar que não foi a primeira tentativa de analisar as interacções entre raça e género

Desta forma, o que a interseccionalidade permite é uma substituição da representação cognitiva do género como uma categoria analítica singular para uma categoria embrenhada numa complexa teia de relações de poder e influências (Saad & Carter, 2005); em suma, o desenho de uma nova cartografia, permitindo entender as relações entre múltiplas desigualdades ao nível político (Verloo, 2006). Tais formulações enquadram-se necessariamente naquela que é, de acordo com Nogueira (2001), a corrente de pensamento actual, o pós-modernismo, uma corrente de pensamento interessada em reconhecer as limitações de projectos e visões do mundo baseadas somente na racionalidade, considerando que o uso da razão implica determinantes inconscientes; como considera Frosh (2002), o desafio actual é o de reconsiderar a definição de racionalidade – aqui entendida como uma tentativa de elaborar significado a partir da experiência – como podendo albergar igualmente a esfera do irracional (e.g., emoção, ansiedade, criatividade). O pós-modernismo implica uma suspeita crítica de narrativas universalizadas que compreendam a realidade como única, centrando-se na concepção do sujeito enquanto formado por discursos veiculados pela sociedade; como afirma Butler (2002), sendo tais discursos considerados como políticos, “the more dominant a discourse is within a group or society, the more ‘natural’ it can seem, and the more it tends to appeal to the ways of nature to justify itself” (p. 47).

Grande parte dos discursos que informam e modelam a sociedade actual reproduzem ainda lógicas binárias², que irreflectidamente são reproduzidas por se considerar serem ‘naturais’; como consideram Gannon e Davies (2007), tais metáforas binárias ordenam narrativas sociais e, desta forma, como as identidades são produzidas. Não obstante a contínua aceitação de tais categorias como reflectindo uma realidade natural, será importante realçar que o trabalho feminista de desconstrução de tais categorias tem vindo a demonstrar as limitações das mesmas.

Na sua formulação derrideana, Tyson (2006) afirma como tais categorias, apresentando uma simetria e distância à partida incontestável, revelam-se mais próximas do que seria de esperar: “one must examine the ways in which the two members of the opposition are not completely opposite, the ways in which they overlap

² É possível encontrar em Gannon e Davies (2007) uma tabela repleta de tais dicotomias; seleccionamos algumas: conhecimento/ignorância; positivo/negativo; ordem/caos; luz/escuridão; secular/sagrado; rigidez/fluído; independência/dependência; dual/todo; homem/mulher.

or share some things in common” (p. 254). Igualmente, Verhaeghe (2004) tomando como exemplo a dicotomia cultura/natureza (a mulher enquanto símbolo da natureza, o material e o homem enquanto símbolo da cultura, o simbólico) considera que tais atribuições não são apoiadas em factos decorrentes do quotidiano ou da prática clínica, sugerindo inclusive que o erotismo e identidade femininos parecem ter uma maior ligação ao simbólico do que a masculinidade. A sexualidade feminina é certamente mais complexa do que os retratos tradicionais nos levariam a crer: “one can say that the geography of her pleasure is much more diversified, more multiple in its experiences, more complex, more subtle than is imagined” (Irigaray, 1977, cit. por Maguire, 2001, p. 110). Como afirma Segal (1999),

The way to fight the idea of sex, and its rigidly conceived ties to gender or sexuality as the *core* of our being, is not to negate or eliminate our own complex psychic investments and social negations as gendered and sexually desiring beings. It is rather to highlight their complexity, and potential fluidity (p. 72)

Ao entendermos a linguagem como instável, constante reprodutora de novos significados, entendemos tais dicotomias como encerrando uma ideologia concreta. A divisão homem/mulher como fundamento principal de normas de comportamento social poderá parecer natural; contudo, a sua preservação nesta linearidade esconde, como já abordado, toda a riqueza da subjectividade humana, limitando-a ao género. Como afirma Connell (2002), existindo diferenças entre homens e mulheres, os estudos científicos demonstram contudo um maior número de semelhanças do que diferenças, podendo assim questionar-se a colocação actual de uma política de diferenças ao invés de uma política de semelhanças.

Discursos dominantes são assim considerados como ‘naturais’; como vimos, uma noção monolítica de ‘mulher’ empregue por feministas ocidentais servirá apenas para rejeitar os obstáculos concretos e diversos que mulheres em outros contextos socio-políticos enfrentam. Assim, Rooney (2006) afirma que os sujeitos feministas estão sempre em movimento, havendo uma suspeição de teorias universais abstractas sobre as mulheres, sendo que nestas teorias, “mulheres” é geralmente predicado de “brancas, heterossexuais, classe média-alta, ocidentais”. Feminismos mais atentos à

multiplicidade das localizações sociais das mulheres entenderão o significado das palavras de Rich (1986/2002): “O problema foi desconhecermos o que queríamos dizer quando dissemos “nós”” (p. 21). Embora sendo um projecto actual, é um projecto que encontra várias resistências. Desde a clássica defesa de um feminismo que rejeite o tratamento de mulheres lésbicas como marginais (Rich, 1980), várias têm sido as tensões entre sexualidade e um feminismo que, na sua heteronormatividade, concebe ainda hoje em dia a sexualidade como um não-problema e, assim, como um local a não ser problematizado: como Braidotti (1994/2002) aponta, existem claras tensões e conflitos ao nível dos múltiplos feminismos relativamente à “compreensão teórica da sexualidade feminina em geral e da homossexualidade feminina em particular” (p. 153). Como considera Mohanty (2003) é a relação entre ‘Mulher’ – uma construção cultural e ideológica – e ‘mulheres’ – sujeitos reais e materiais das suas histórias colectivas – que se afigura como uma das questões centrais da prática e teoria feministas. Esta tensão presente no feminismo não é um suposto efeito perverso da actualidade; lembremos como exemplo Lauretis (1990) que postula a existência de uma tensão entre um impulso erótico, narcísico (com as suas imagens de agência e diferença) e um impulso ético (procura de comunidade e unidade) como condição necessária da própria teoria feminista. Ocorre assim, se adoptarmos esta perspectiva, não uma desvalorização de tensões, mas sim um reconhecimento do valor político de tais tensões e contradições. Reconhecer que o contexto formula diferentes possibilidades de relação, assim como diferentes obstáculos (Orford, 2008) não implica a desintegração de alianças políticas, mas sim a possibilidade de formação das mesmas em condições de maior reflexão sobre as possibilidades de intervenção.

É assim neste contexto ideológico que a noção de identidade é necessariamente problematizada, sublinhando-se a sua natureza fragmentada:

When we struggle to find out what it might mean to be such-and-such a person, to have this or that identity, we are engaged in an act of self-labelling and self-construction that is essentially static, a ‘prop’ out of which an imaginary stability can be made. We do this by becoming inserted in a social-symbolic order, by what might be thought of as ‘seeking out a name’; when we have found it, we try to rest content, although frequently what we are faced with is a sense that there is something missing, something that our identities have not been able to express. This is because identities can never be whole, full expressions of the stream of subjectivity, whose

flowing fantasies always push at the boundaries of what we allow them to be. (Frosh, 2006, pp. 182-183)

Em termos de género, a natureza fragmentada e incompleta das identidades implica uma rejeição de essencialismos (Corbett, 2008); nas célebres palavras de Simone de Beauvoir, “on ne naît pas femme: on le devient (...) c’est l’ensemble de la civilisation qui élabore ce produit intermédiaire entre le mâle et le castrat qu’on qualifie de féminin” (Beauvoir, 1949/1976, p. 13). Assim como não se nasce mulher, de igual forma não se nasce homem; e assim como o feminino é uma construção social, também o é o masculino. Quando falamos de género não falamos assim de essências, de atributos naturais, mas sim de construções sociais; como argumenta Nogueira (2004) o género “não existe nas pessoas, mas sim nas relações sociais” (p. 271). O género é um escândalo do ponto de vista do essencialismo, considera Connell (2000), uma vez que o género existe precisamente porque a biologia não determina o social; como argumenta Segal (1999), “the complexity of both psychic life and bodily investments are not homologous with polarizing gender discourses, or the social injunctions which render them intelligible (...) psychic life has an autonomous complexity which sexual difference, or gender identity, does not exhaust” (p. 69). Por seu lado, Thrift (2008) considera como a ‘geografia’ de cada pessoa consiste na interação de várias subjectividades.

Será importante realçar que ao entendermos as identidades como necessariamente instáveis e contingentes, tal não implica que não exista um espaço necessário de reflexão sobre essas mesmas identidades, e que essas mesmas marcas descritivas, ao encerrarem aspectos da vida material, sejam tão fluidas quanto se pensa. Como considera Segal (2008), pensarmos em identidades como instáveis abre novos caminhos de interpretação baseados em maior riqueza e diversidade; contudo, a constante reificação dessa mesma instabilidade poderá ter um efeito nocivo de, ironicamente, criar uma estabilidade dessas mesmas identidades, ao passo de se reflectir sobre a emergência de novas identidades.

Igualmente, se é claro que o pós-modernismo trouxe várias vantagens na sua capacidade de desconstrução de dicotomias que pareciam naturais e sacralizadas, na sua dialéctica entre razão e emoção, inclusão e exclusão, realidade e imagem, surgem

alternativas na literatura científica que nos parecem importante espelhar. Como afirma Butler (2002), a influência do pós-modernismo permitiu repensar o conceito de modernidade; é nesta linha de pensamento que Harding (2008) formula a existência de várias modernidades. De acordo com a autora, a crença excepcionalíssima de que as ciências ocidentais são capazes de apreender a realidade de forma inequívoca e a noção triunfalista que define essas mesmas ciências apenas como um conjunto de sucessos, são a base da ideia de uma única modernidade no mundo, necessariamente ocidental:

Objectivity, rationality, good method, real science, social progress, civilization – the excellence of these and other self-proclaimed modern achievements are all measured in terms of their distance from whatever is associated with the feminine and the primitive (...) modernization is not identical to Westernization. This project abandons the narratives of exceptionalism and triumphalism which have been favored in the West. Western modernity is not the only modernity which has emerged around the globe and which has admirable features (p. 3)

Como afirma Lingardi (2007), “gender is part of a broader landscape. The current landscape is constituted of acres of fundamentalism with occasional postmodern settlements” (p. 315). Assim, entendemos gênero enquanto uma estrutura social (Connell, 2009; Lorber, 1994; Risman, 2004), colocando o gênero no mesmo plano analítico da política e economia, salientando-se assim a forma como o gênero é uma parte fundamental da sociedade. Entender gênero enquanto estrutura implica a existência de várias dimensões – de acordo com Risman (2004) o nível individual, um nível cultural e um nível institucional – que se influenciam de forma dinâmica; igualmente, salienta-se a possibilidade de agência humana no processo de mudança da estrutura de gênero. Como considera Frosh (2002) é num delicado processo de contradição entre as limitações impostas pelos processos socializadores e a capacidade de utilizar a sua agência e imaginação que os seres humanos criam, sustentam e modificam as estruturas sociais.

Masculinidades

Em termos específicos dos estudos sobre masculinidades, realça-se actualmente o seu carácter ideológico; como afirma Segal (2007), a masculinidade

is best understood as transcending the personal, as a heterogeneous set of ideas, constructed around assumptions of social *power*, which are lived out and reinforced, or perhaps denied and challenged, in multiple and diverse ways within a whole social system in which relations of authority, work, and domestic life are organised, in the main, along hierarchical gender lines” (p. 241)

Num constante processo de construção, a noção singular de masculinidade é abandonada, adoptando a noção plural de masculinidades (Connell, 2005a), que se evidenciam, entre outros factores, pela sua multiplicidade, as várias relações hierárquicas que se estabelecem entre si, colectividade, aprendizagem e construção social, complexidade e mudança (Connell, 2000, 2007). Retornamos novamente ao conceito de interseccionalidade: ao falarmos de masculinidades falamos necessariamente de processos de intersecção em que o género é influenciado e influencia aspectos sociais como a orientação sexual, a classe social, a raça/etnia, nacionalidade, entre outros (Hearn, 2001); igualmente Beynon (2002) considera que as diferentes masculinidades são o resultado da intersecção de vários factores sociais, entre eles factores históricos, culturais e até mesmo geográficos. Como formula Vale de Almeida (2005), “os estudos sobre a masculinidade incluem necessariamente a vertente da orientação sexual, uma vez que o trinómio heterossexualidade / homossexualidade / bissexualidade constitui desde logo o fermento de diferentes masculinidades (que podem identificar-se em virtude de outras variáveis também, tais como as de classe, estatuto, raça, etnicidade, etc.), organizadas em sistemas tensos de hegemonia/subalternidade” (p. 123).

Masculinidades enquanto construções sociais

Estudos etnográficos e históricos têm vindo a demonstrar que não existe uma única e específica versão de masculinidade, mas sim várias masculinidades, cujas diferenças se verificam entre culturas (Gilmore, 1990; Hearn & Collison, 1994), encontrando-se igualmente várias masculinidades dentro da mesma cultura ou organização; exemplos como a análise dos diferentes modelos de masculinidade (Doyle, 1983) ou a análise realizada por Kimmel ao nível de masculinidades nos Estados Unidos da América entre o século XIX e o século XX (Kimmel, 2006) vêm demonstrar as mudanças a que a temporalidade submete o conceito de masculinidade.

As diferentes masculinidades relacionam-se entre si num jogo complexo de hierarquia e hegemonia. A construção dominante de masculinidade é denominada por Connell (2005a, 2005b) como masculinidade hegemónica. Na presente ordem de género, este tipo de masculinidade preserva a polarização dos sexos, de forma a assegurar a ascendência e os benefícios que daí advêm para os homens, em várias áreas da sociedade, como por exemplo, no acesso ao trabalho; contudo, nem todos os homens recebem os mesmos benefícios, uma vez que a masculinidade hegemónica subordina necessariamente outras formas de masculinidade (Vale de Almeida, 2000). Um grupo de homens que se situa numa masculinidade subordinada são os homens homossexuais; devido à ligação da masculinidade hegemónica “com a instituição do casamento e da família, através da norma da heterossexualidade” (Amâncio, 2004, p. 24), os homens homossexuais são alvo de atitudes e discursos homofóbicos, sendo estes actos parte dos rituais performativos da masculinidade hegemónica.

Torna-se clara uma tensão entre o ideal masculino e a homossexualidade: ao mesmo tempo que o ideal da masculinidade hegemónica procura afastar qualquer noção ou pista de homossexualidade das suas fronteiras, sendo o homossexual, de acordo com esta ideologia, a síntese das falhas masculinas e a homossexualidade considerada como “degenerescência da masculinidade” (Vale de Almeida, 2009, p. 31), não é sem alguma ironia que precisa dessa mesma homossexualidade para se definir:

relations between men, both past and present, are characterized by the constant possibility of, and quite simultaneously the equally continuous prohibition of, homosexuality. Thus homosexuality per se works as a primarily invisible mechanism in the maintenance of masculinity (Edwards, 2005, p. 63)

A noção de homosocialidade, como apresentada por Sedgwick (1985) torna-se aqui relevante ao demonstrar, no campo literário (com implicações para outros campos académicos), como o triângulo erótico constituído por dois homens e uma mulher, sob uma fachada de conquista heterossexual, age necessariamente como uma procura de sedimentar as relações entre os dois homens; desta forma, a mulher é o objecto através do qual as ligações entre homens são aprofundadas. Butler (2000), elaborando sobre o trabalho de Sedgwick, realça o carácter próximo de formulações homossexuais e heterossexuais:

what first appears to be a relation of a man who desires a woman turns out to be implicitly a homosocial bond between two men. Her argument was not to claim, as the “Phallus” proponents do, that the homosocial bond comes at the expense of the heterosexual, but that the homosocial (distinct from the homosexual) is articulated precisely through the heterosexual. This argument has had far-reaching implications for the thinking about both heterosexuality and homosexuality, as well as for thinking about the symbolic nature of the homosocial bond (...) The man who seeks to send a woman to another man sends some aspect of himself, and the man who receives her receives him as well. She circuits, but is she finally wanted, or does she merely exemplify a value by becoming the representative of both men’s desire, the place where those desires meet, and, where they fail to meet, a place where that potentially homosexual encounter is relayed, suspended, and contained. I raise this issue because it seems to me that it is not possible to read the profound and perhaps inescapable ways that heterosexuality and homosexuality are defined through one another (p. 278)

Será importante realçar que a subordinação dos homens não ocorre apenas ao nível da orientação sexual mas igualmente a outros níveis como por exemplo a nível da deficiência física (Connell, 2005a) ou de raça/etnia (Alsop, Fitzsimons & Lennon, 2002; hooks, 2004).

Connell (2005a) considera ainda dois outros tipos de masculinidade: a masculinidade cúmplice, em que os homens encontram-se numa posição de

acomodação aos benefícios do sistema patriarcal, convivendo com uma ordem de género que não contestam; e a masculinidade marginalizada que emerge da articulação do género com outras condições estruturais, como a etnia e a classe social, em que os homens se socializam em função da dependência de um grupo.

As masculinidades são definidas colectivamente e sustentadas por instituições. As instituições podem construir múltiplas masculinidades e definir as relações entre elas, como por exemplo na escola (Connell, 2000), nos escuteiros (Hantover, 1997) ou em instituições desportivas (Messner, 2003). O aspecto colectivo das masculinidades implica que os homens agem num processo de regulação complexo das masculinidades dos outros homens, de certa forma auto-regulando a sua própria masculinidade (Amâncio, 2004; Badinter, 1997). Tentativas individuais de mudança geralmente falham por se encontrarem vários obstáculos, nomeadamente a nível do contexto institucional e dos grupos de pares (Connell, 2007).

O projecto colonialista é, juntamente com outros exemplos já anteriormente mencionados, um contexto institucional de criação de masculinidades:

imperialism is itself a deeply gendered system, from the moment of colonial conquest by a workforce of men (soldiers, sailors, administrators, priests) to the stabilization of colonial societies with their racial hierarchies and institutions of plantation labour and domestic service. The creation of new masculinities occurs among both colonizers and colonized (Connell, 2009, p. 92)

A ideologia colonialista produzia uma masculinidade que centrava o colonizador como o exemplo supremo da perfeição masculina, deslocando todos os indícios de feminilidade para os nativos. Schoene-Harwood (2000) considera, baseando-se na obra de Joseph Conrad, que as políticas de género influenciadas por uma perspectiva colonialista criaram uma noção de Europa como o centro civilizacional, remetendo para os espaços a colonizar (e.g., África) noções de inocência e ignorância:

The motif of the doppelgänger becomes an apt historical metaphor. Africa, as a 'dark continent', is created by the Europeans. At about the end of the nineteenth century, Africa (...) becomes

Europe's tortured, demonically enigmatic other, casting an haunting shadow on the white man's adventurous spirit and missionary zeal, a self-inflicted, man-made shadow that endures into our own immediate present (Schoene-Harwood, p. 22)

Assim, concebe-se a masculinidade em termos do seu heroísmo como transplante da sua capacidade colonizadora: o homem embarca numa viagem de conquista, cujo objectivo implícito é também o de conquistar a sua masculinidade, isto é, uma situação no contexto social que lhe valide o seu privilégio. Este paradigma heterossexual da aventura (Lawrence, 1992) coloca o colonizado na posição do feminino, o ser subserviente. Quais as implicações desta ideologia para a criação das masculinidades? Kabesh (2009) sugere que a humilhação e impossibilidade de reciprocidade patentes no colonialismo conduziu à criação de masculinidades subjogadas, retirando aos colonizados qualquer sentido possível de aquisição de poder e controlo sobre as suas próprias vidas. Debruçando-se sobre o caso específico da Índia, Patterson (2006) considera que foi necessário aos colonizadores britânicos a criação de uma aura de invencibilidade, criando-se uma dicotomia em que os colonizadores britânicos eram considerados como os naturais senhores da Índia, sendo os indianos representados como contendo toda uma série de características depreciativas (e.g., preguiça, desonestidade, feminilidade) que serviriam como uma justificação para a sua incapacidade de governar o seu próprio país. Esta ideologia de género, estruturada em termos de uma divisão dicotómica rígida entre masculino e feminino, própria de um ocidente pós-iluminista, choca com uma multiplicidade de formulações de género presentes na Índia:

The masculinised ethos of aggressive-but-gentlemanly competition among the British was accepted by much of the nineteenth-century Indian male elite (...) who took the existence of British domination as proof of a masculine superiority that they should emulate (...) Ghandi's profound challenge to British colonialism [lies] precisely in his refusal to accept the inherent superiority of a 'masculinity' that was increasingly equated with rationality, materialism, and physical stenght (Sinha, 1999, p. 448)

Como já abordado anteriormente, as masculinidades são fruto de construções sociais, produzidas nas interações sociais de acordo com os recursos e estratégias disponíveis num determinado contexto social (Berg & Longhurst, 2003): como considera Amâncio (2004), “o determinismo biológico não é suficiente para compreender a variedade de modos de ser que se encontram entre homens e entre mulheres, nem a diversidade de configurações que as relações entre homens e mulheres assumem em diferentes contextos sociais” (p. 9). A própria relação entre sexo e género, geralmente considerada como pacífica, tem vindo a ser desestabilizada pelas teorias feminista e *queer* (Lorber, 1994; Laqueur, 1990; Penedo, 2008), desafiando a ideia de que a masculinidade pertence exclusivamente aos homens e a feminilidade às mulheres (Alsop, Fitzsimons & Lennon, 2002), como é o exemplo do trabalho de Halberstam (1998) sobre masculinidade feminina.

Fruto da corrente noção de género como criação na relação, a masculinidade não se encontra, de acordo com alguns autores, necessariamente ligada a um corpo de homem, sendo assim possível considerarmos a possibilidade concreta de uma ‘masculinidade sem homens’ (Halberstam, 1998; Wiegman, 2002).

Masculinity, understood as a configuration of gender practice (...) is necessarily a social construction. Masculinity refers to male bodies (sometimes directly, sometimes symbolically and indirectly), but is not *determined* by male biology. It is, thus, perfectly logical to talk about masculine women or masculinity in women’s lives, as well as masculinity in men’s lives (Connell, 2000, p. 29)

A masculinidade organiza-se ontologicamente de acordo com as suas relações tensas com feminilidade e sexualidade; falar de masculinidade implica assim não falar apenas de homens, mas necessariamente das relações de poder que permeiam as relações entre homens e mulheres, assim como entre os vários homens (Kimmel, 2002).

Em termos de conclusão, assistimos actualmente, como afirma Corbett (2009) a um processo de reconceptualização da masculinidade, processo esse atento à forma complexa como elementos socioculturais interagem com elementos biológicos, desenhando-se novas fronteiras e compreensões sobre a variedade de masculinidades existentes.

“As I sit at my table, for days, months, years, slowly adding new words to the empty page, I feel as if I am creating a new world, as if I am bringing into being that other person inside me, in the same way someone might build a bridge or a dome, stone by stone. The stones we writers use are words. As we hold them in our hands, sensing the ways in which each of them is connected to the others, looking at them sometimes from afar, sometimes almost caressing them with our fingers and the tips of our pens, weighing them, moving them around, year in and year out, patiently and hopefully, we create new worlds.”

- *My father's suitcase*, Orhan Pamuk

Capítulo II

Enquadramento Teórico – Análise e Crítica Feminista

Ao contar as suas histórias, as pessoas reafirmam, modificam e criam novas histórias, dizem-nos não apenas quem nós somos mas igualmente quem nós fomos e quem podemos vir a ser, ao criarem significado, emoção, memória e identidade (Rappaport, 1995). As narrativas individuais nunca escapam às ideologias presentes na sociedade (Czarniawska, 2004); como considera Rappaport (1995), as narrativas culturais dominantes, reproduzidas pelos media ou instituições sociais, são conhecidas pela maioria das pessoas e influenciam a forma como se criam as narrativas comunitárias e individuais; o autor afirma que estas narrativas culturais dominantes possuem um tal poder que não obstante um desejo de lhes escapar revela-se difícil encontrar histórias pessoais ou comunitárias que as substituam. Como argumenta Stone-Mediatore (2003), as políticas inerentes à narratividade própria da experiência humana, implicam o reconhecimento que todas as narrativas sejam politicamente

constituídas. É desta forma que a crítica feminista se revela como assumidamente política:

For the difference between feminist and non-feminist criticism is not (...) that the former is political and the latter is not, but that the feminist openly declares her politics, whereas the non-feminist may either be unaware of his own value-system or seek to universalize it as ‘non-political’ (Moi, 2002, p. 83)

Ao considerar toda a narrativa como política, o feminismo alterou radicalmente o campo literário, ao oferecer análises, comentários e alternativas que permitem ainda hoje em dia considerar um texto nas suas múltiplas possibilidades de interpretação, trazendo à luz o ‘outro’ esquecido, omitido, negado, do texto.

Para que serve a literatura? Especificamente, qual o interesse da literatura para o feminismo (e vice-versa)? A literatura reveste-se de várias funções para a vida individual e social, como realça Eco (2003), realçando-se assim o seu carácter híbrido, explícito na seguinte definição:

Literature: a licentious and vagrant category, unsusceptible of limitations, and impatient of restraint: a melange of poetry, novels, plays, sermons, political tracts, diaries, letters, books of philosophy and science once thought to be true but now read as fiction. It is hard to defend literature as a stable category: its sameness is made up entirely of difference. What’s apparently wrong with it, however, is also what’s right with it: literature is flagrantly hybrid. It can be crossed with anything: the *Orlando* effect (Young, 1996, pp. 12-13).

O efeito de Orlando da literatura implica necessariamente um campo em constante movimento e redefinição, cujas fronteiras estão em constante metamorfose; a existência de tais dimensões implica que a literatura poderá ser considerada como uma instituição. Tal concepção da literatura poderá revelar-se problemática; de acordo com Reis (2008), empregar o conceito de instituição ao nível da literatura poderá implicar sugerir “mentalidades e comportamentos eminentemente estáticos, fortemente hierarquizados e pouco propensos à inovação” (p. 25), ao estarmos cientes da necessidade que alguns contextos têm de validação (e.g., contextos académicos,

escolares, assim como a própria crítica literária). A literatura pode ser entendida contudo como uma instituição social viva, como afirma Prata (2002), enquanto “processo histórico, político e filosófico; semiótico e linguístico; individual e social, ao mesmo tempo” (p. 279).

Sendo a literatura um repositório da cultura de um determinado tempo e espaço, reflectindo o clima político e ideológico dessa mesma cultura, com todas as deformações e alterações, resistências e alternativas possíveis (Moi, 2008), o feminismo tem contribuído para o desenvolvimento crítico da área, sempre ciente da forma da dicotomia prevalecte entre a institucionalização da área e as possibilidades de identificação e construção da subjectividade, uma tensão presente no seguinte excerto de Orlando:

Orlando was unaccountably disappointed. She had thought of literature all these years (her seclusion, her rank, her sex must be her excuse) as something wild as the wind, hot as fire, swift as lightning; something errant, incalculable, abrupt, and behold, literature was an elderly gentleman in a grey suit talking about duchesses (Woolf, 1928/2003, p. 138)

Especificamente no período considerado como a segunda fase do feminismo, a escrita de mulheres e a *écriture féminine* eram uma das áreas mais populares da crítica feminista (Moi, 2008). Indubitavelmente um marco na crítica feminista, *Sexual Politics* de Kate Millett apresentava a literatura como uma fonte de crítica e subversão, sublinhando a noção de que os contextos culturais e sociais devem ser entendidos de forma a alcançar uma crescente compreensão da literatura:

This is so because our society, like all other historical civilizations, is a patriarchy. The fact is evident at once if one recalls that the military, industry, technology, universities, science, political office, and finance – in short, every avenue of power within the society, including the coercive force of the police, is entirely in male hands. As the essence of politics is power, such realization cannot fail to carry impact. What lingers of supernatural authority, the Deity, “His” ministry, together with the ethics and values, the philosophy and art of our culture – its very civilization – as T. S. Eliot once observed, is of male manufacture (Millett, 1969/2000, p. 25)

As palavras de Millett, escritas num contexto sócio-político específico, encontram ainda substância na actualidade. A crítica literária feminista procura uma redefinição anti-masculinista dos significados possíveis da literatura, leitura e feminismo (Rooney, 2006), examinando a forma como a literatura e outros produtos culturais reforçam ou subvertem a opressão política, económica, social e psicológica das mulheres (Tyson, 2006). Na actualidade, a teoria literária feminista é claramente dominada por princípios de interpretação advindos da noção de interseccionalidade, ou seja, rejeitando-se uma noção essencialista de mulher em função de uma análise complexa das fontes de desigualdade atravessando várias dimensões sociais (e.g., ‘raça’, sexualidade, classe social) assim como género. Tal viragem teórica encontra também as suas críticas; Gubar (1998) considera que a actual crítica feminista, ao negar a possibilidade da criação de parcerias em função do termo ‘mulher’, optando por realçar a multiplicidade de identidades e vivências que se escondem por detrás desse mesmo termo, encontra-se num estado de ‘anorexia crítica’: “I could call the problem a bad case of critical anorexia, for racialized identity politics made the word *women* slim down to stand only for a very particularized kind of woman, whereas poststructuralists obliged the term to disappear altogether” (p. 901). Com a crescente noção de que os contextos sociopolíticos implicam necessariamente a construção de diferentes formas de desigualdade para as mulheres e que as mesmas assentam numa complexa interligação dos diferentes eixos de discriminação, a noção vigente particularmente na segunda fase do feminismo de irmandade entre todas as mulheres em função estrita do seu sexo foi substituída por uma estratégia de configurar os múltiplos espaços que a feminilidade ocupa. Longe de exhibir o diagnóstico que Gubar apresenta, Rooney (2006) argumenta que a teoria feminista encontra-se actualmente omnipresente no estudo literário académico, salientado que o aspecto radical da teoria literária feminista é a sua própria capacidade de despertar a discussão:

Gubar’s polemic is actually on behalf of generalization. She is disturbed by any work that “divides” feminists, actively resisting the intuition that this division was always already in place, but also curiously unmoved by the notion that feminist literary studies is perhaps only possible in a precisely polemical sense, not in terms of what is agreed upon and shared, but in terms of what is battled over, even fiercely and angrily battled over (Rooney, 2006, p. 13)

O pós-estruturalismo veio claramente problematizar as figuras do autor e do leitor. A célebre formulação de Roland Barthes relativamente à necessidade da morte do Autor é aqui apropriada: como formula o crítico, dar ao texto um Autor é dotá-lo de um significado último, fechando a possibilidade de outras interpretações (Barthes, 1968/1977). O Autor serve assim como um mecanismo de segurança, de tentativa de refutar todas as tensões e contradições presentes num texto (ou, no mínimo, de aceitar como reais certo tipo de tensões, rejeitando outras tantas). A morte do Autor implica um movimento de desconfiança face a análises consideradas como críticas, irremediavelmente verdadeiras; desta forma, procura-se extinguir uma autoridade, questionando-a e possivelmente subvertendo-a. O autor existe já não enquanto figura irremediavelmente detentora de todos os segredos da obra e central a toda a análise; como considera Foucault (1969/2009), “o nome de autor não está situada [sic] no estado civil dos homens nem na ficção da obra, mas sim na ruptura que instaura um certo grupo de discursos e o seu modo de ser singular (...) os textos, os livros, os discursos começaram efectivamente a ter autores (...) na medida em que o autor se tornou passível de ser punido, isto é, na medida em que os discursos se tornaram transgressores” (p. 46-47). Desta forma, a noção de ‘autor’ não é neutra, encerrando em si significados de poder e autoridade; igualmente, o ‘autor’ passa a ser uma figura idealizada, protectora, a que o leitor recorre face à instabilidade da obra. Actualmente, a própria figura do narrador encontra-se num processo de reformulação. Não obstante o claro paralelismo que poderia ser traçado entre um ser divino e o autor na criação do mundo da sua obra, encarar o narrador e/ou autor como onisciente poderá revelar a sua relação criativa com esse mesmo mundo ao mesmo tempo que obscurece a forma como a narrativa funciona (Culler, 2006). Desta forma, a ideia do narrador onisciente poderá ser substituída pela ideia de um narrador telepático:

In particular, the notion of telepathy helps capture the fact that in cases of reports of characters’ thoughts, we are not dealing with narrators who know everything all at once but rather with narrative instances reporting now on this consciousness, now on that, often relaying, transposing, or translating thought into the intermediate discourse of free indirect speech, for example (Culler, 2004, p. 29).

A noção do narrador enquanto telepático permite-nos sublinhar o carácter parcial da ficção, abrindo assim a possibilidade de outras leituras e discussões, algo que a concepção de um narrador onisciente, pelo seu carácter autoritário, não permitiria.

A desestabilização da noção de autor encontrou algum cepticismo por parte de feministas, uma vez que a noção de autoria por mulheres era e continua a ser um dos pilares da formulação crítica feminista; ou seja, a morte da autora implicaria um retrocesso político, cristalizando a noção universalista do autor como homem.

Como considera Felski (2003), o texto – ou uma forma particular de ler o texto – cria o autor, reconhecendo-se assim o carácter instável, oscilante de uma obra; o texto é assim mais do que o autor, uma vez que encerra significados e possibilidades de interpretação que o seu criador não tinha presentes ao concebê-lo. A autoria de mulheres reserva ainda a sua importância política, correndo-se o risco de abafar experiências e subjectividades que, historicamente, foram largamente silenciadas; tal não implica que a escrita de mulheres seja necessariamente monolítica e/ou partindo de uma experiência central, essencial, do que é ser mulher. Como argumenta Moi (2008), “a woman writer writes as a woman, not as a generic woman, but as the (highly specific and idiosyncratic) woman she is” (p. 268). Ou seja, mesmo nas escritas de mulheres, o género, importante na construção da subjectividade, não se encontra isolado de outras dimensões sociais (e.g., sexualidade, raça), igualmente constitutivas dessa mesma subjectividade.

Crítica literária feminista

Como ler um livro? Virginia Woolf coloca essa mesma questão num dos seus ensaios:

Now, one may well ask oneself, strolling into such a room as this, how am I to read these books? What is the right way to set about it? They are so many and so various. My appetite is so fitful and so capricious. What am I to do to get the utmost possible pleasure out of them? And is it pleasure, or profit, or what is it that I should seek? I will lay before you some of the thoughts that have come to me on such an occasion as this. But you will notice the note of interrogation at the

end of my title. One may think about reading as much as one chooses, but no one is going to lay down laws about it. Here in this room, if nowhere else, we breathe the air of freedom (2008, p. 63).

Constituídos pela linguagem, essa mesma linguagem é igualmente móvel; como já abordado, a linguagem não é estática, mas continuamente em movimento. O texto não contém em si apenas uma interpretação possível, mas um conjunto possível de interpretações (Belsey, 2002). Encontrando-se a ideologia já encerrada na própria linguagem, promovendo a sua versão do que é 'normal' ou 'natural' (Žižek, 1989/2004), Moi (2002) considera que é nas contradições das ideologias - aquilo que procura ocultar, o que procura silenciar - que nos apercebemos da existência das mesmas.

Não se procura alcançar com uma análise crítica um significado único, unívoco, uma suposta essência irrefutável do texto; pelo contrário, como concebe Roland Barthes, o trabalho crítico implicará encontrar o plural do texto (Barthes, 1972).

Assim, qual é a função do crítico?

The object of the critic, then, is to seek not the unity of the work, but the multiplicity and diversity of its possible meanings, its incompleteness, the omissions which it displays but cannot describe, and above all its contradictions. In its absences, and in the collisions between its divergent meanings, the text implicitly criticizes its own ideology; it contains within itself the critique of its own values, in the sense that it is available for a new process of production of meaning by the reader, and in this process it can provide a real knowledge of the limits of ideological representation (Belsey, 2002, p. 100)

Como considera Olher (2008), um texto pede para ser lido para sua própria sobrevivência, correndo o risco de ser respeitado ou traído, uma vez que quem lê o texto irá interpretá-lo de acordo com um conjunto de valores e pressupostos que possivelmente não corresponderão aos do autor. A leitura de um texto é um acto que inscreve já as políticas pessoais de quem o lê; as suas expectativas, a forma como a experiência passada e a sua subjectividade orientam e permitem elaborar respostas e alternativas ao que é lido. Como afirma Felski (2003) não existe um estado de

inocência que permita uma leitura apolítica de um texto: a leitura é sempre mediada por factores estéticos e sociais.

Como argumenta Felski (2003), a capacidade de lidar com o lado do prazer, fantasia e imaginação coloca a crítica feminista na frente de grande parte da crítica contemporânea. A crítica literária feminista encontra-se assim ciente da necessidade de comunicar com a alteridade do texto; nas palavras de Hélène Cixous:

there is no *invention* possible, whether it be philosophical or poetic, without there being in the inventing subject an abundance of the other, of variety: separate-people, thought-/people, whole populations issuing from the unconscious, and in each suddenly animated desert, the springing up of selves one didn't know – our women, our monsters, our jackals, our Arabs, our aliases, our frights. That there is no invention of any other I, no poetry, no fiction without a certain homosexuality (the I/play of bisexuality) acting as a crystallization of my ultrasubjectivities. I is this exuberant, gay, personal matter, masculine, feminine or other where I enchants, I agonizes me. And in the concert of personalizations called I, at the same time that a certain homosexuality is repressed, symbolically, substitutively, it comes through by various signs, conduct-character, behaviour-acts. And it is even more clearly seen in writing (Cixous, 1986/2004, p. 158)

A alteridade do texto, o 'outro' ou 'outros' que contém em si, constitui o alvo da crítica (Barry, 2002). Se o texto não apresenta uma interpretação inequívoca, o texto apresenta também a sua própria subjectividade, isto é, o texto não é passivo³. Se a crítica tradicional assenta na necessidade de uma distância entre o leitor e o texto, o que a teoria literária feminista considera é que essa distância não é um projecto totalmente eficaz, isto é, há sempre uma ligação entre o leitor e o texto:

The experience of reading is often akin to seeing an unattractive, scowling, middle-aged person coming into a restaurant, only to suddenly realize that you have been looking into a mirror behind the counter and that this unappealing-looking person is you. Mirrors do not always flatter; they can take us off our guard, pull us up short, reflect our image in unexpected ways and

³ Para uma compreensão mais detalhada da noção de subjectividade aplicada a objectos inanimados, ver Mol (2008) e Thrift (2008)

from unfamiliar angles (...) We can value literary works precisely because they force us – in often unforgiving ways – to confront our failings and blind spots rather than shoring up our self-esteem (Felski, 2008, p. 48)

Se o texto não é uno, se a sua mensagem não é unívoca mas sim plural, aberta a múltiplas interpretações de acordo com a subjectividade do seu leitor, dependente daquilo que o leitor descortina mas igualmente daquilo que o texto desperta nesse mesmo leitor, o contacto com a alteridade do texto revela-se de uma complexidade e dificuldade semelhante ao contacto com a alteridade humana. Como argumenta Armstrong (2009), “Não vale de nada entrarmos em diálogo com o «Outro», a não ser que estejamos preparados para deixar que esse diálogo nos mude, que desafie os nossos preconceitos e que nos faça olhar para nós próprios e para o «Outro» com novos olhos. Essa é a única forma de podermos ter a esperança de «nos conhecermos uns aos outros».” (p. 137).

O medo dos outros, em específico de outros povos, reside nas alternativas que apresentam ao que tomamos como adquirido; como formula Belsey (2002), a naturalidade das nossas vivências é necessariamente questionada no encontro com o outro, igualmente colocando uma outra questão: quem são estes ‘nós’ em que baseamos grande parte da nossa identidade? Como considera Vilar (2009), “não podemos viver sem o Outro, porque o Outro é uma parte inalienável de nós mesmos. Uma questão diferente é, no entanto, como nos relacionamos com o Outro, como tomamos consciência do nosso condicionamento cultural quando convivemos com o Outro” (p. 10).

O Outro aterroriza-nos, pois apresenta-nos um outro mundo que não nos pertence, destruindo assim a nossa sensação de controlo absoluto. Considera Irigaray (2008): “To recognize the existence of another subjectivity implies recognizing that it belongs to, and constitutes, a world of its own, which cannot be substituted for mine; that the subjectivity of the other is irreducible to my subjectivity” (p. 1). O Outro aterroriza-nos por não o controlarmos totalmente; ao mesmo tempo que se procura controlar o Outro, pela sua própria existência o Outro ultrapassa-nos, existindo sempre algo que nos escapa, que não é nosso. Fonte de temor, o Outro é também fonte de

prazer, de vida: o Outro é uma parte fundamental da construção de toda a subjectividade (Felski, 2008). Argumenta Butler:

For if I am confounded by you, then you are already of me, and I am nowhere without you. I cannot muster the “we” except by finding the way in which I am tied to “you,” by trying to translate but finding that my own language must break up and yield if I am to know you. You are what I gain through this disorientation and loss. This is how the human comes into being, again and again, as that which we have yet to know (Butler, 2003, p. 36)

O Outro, ao mesmo tempo que nos é distante, é constitutivo da nossa intimidade. O outro do texto, o outro humano, interagem com a nossa subjectividade, recriando, reconcebendo, atemorizando, encantando.

Desta forma, procuramos salientar as tensões presentes no texto, estando necessariamente atentos à forma como estas possivelmente encontrar-se-ão apenas nas entrelinhas do mesmo; isto é, se é claro que um texto poderá ser interpretado em função das suas tensões e paradoxos, desta forma percepcionando-se alternativas para a construção de políticas progressistas, estamos igualmente cientes de que a própria leitura dessas tensões poderá ser dirimida em função de leituras mais tradicionais, atendendo à ideologia presente na sociedade.

“I always ask leave, in the interests of science, to measure the crania of those going out there,” he said. “And when they come back too?” I asked. “Oh, I never see them,” he remarked; “and, moreover, the changes take place inside, you know.””

- *Heart of Darkness*, Joseph Conrad

Capítulo III

Análise da obra *Equador*

No presente capítulo, analisaremos a obra *Equador*, nomeadamente as questões e representações ligadas às masculinidades presentes na obra. Para tal, procederemos em primeiro lugar a uma breve síntese do contexto histórico, social e político que serve como pano de fundo e força motriz à obra, seguindo-se uma análise das masculinidades presentes na obra, nomeadamente na forma como as mesmas se criam nas relações interpessoais (atendendo sempre ao contexto social, histórico e político).

O ponto de separação entre o mundo real e o mundo imaginário criado pelo autor consiste na frase inicial da obra; como considera Lodge (1992), esta primeira frase desempenha um papel importante, ao iniciar uma nova relação com algo até aí desconhecido. Ao iniciar a narrativa, a frase inicial tem também associada um factor urgente de captação da atenção do leitor; não basta que este admirável mundo novo seja contextualizado, mas que o leitor permaneça no desenrolar da sua construção.

“Depois de as coisas acontecerem, é quase irresistível reflectir sobre o que teria sido a vida se se tem feito diferente” (p. 11); assim se inicia *Equador*, remetendo-nos para uma consideração de outras alternativas, num terreno fértil de possibilidades, o que poderia ter sido. O que aqui emerge é um pensamento contrafactual, uma elaboração mental que procura delinear novas concepções de acções passadas, necessariamente

criando diferentes acções consequentes (Roese, 1997); o pensamento contrafactual é mobilizado para confrontar um determinado problema, geralmente de forma automática (“é quase irresistível reflectir”), numa procura de outras alternativas. Em suma, novas formulações do passado podem sugerir novos caminhos futuros. Afigura-se uma tragédia, algo que não correu bem, instalando-se tensão (e curiosidade) neste novo mundo.

Após estabelecida tensão, a segunda frase (que conclui igualmente o primeiro parágrafo da obra) serve a função de contextualização: “Se soubesse o que o destino lhe reservava nos próximos tempos, talvez Luís Bernardo Valença nunca tivesse apanhado o comboio, naquela chuvosa manhã de Dezembro de 1905, na estação do Barreiro” (p. 11). Somos assim apresentados a Luís Bernardo Valença, o repositório do destino trágico anteriormente considerado, que se encontra nesse momento em movimento, numa missão; a obra inicia-se ao mesmo passo que a missão de Luís Bernardo começa a ganhar forma.

O trágico destino de Luís Bernardo, pertencente ao desenrolar futuro da trama, tem as suas raízes num mundo que se apresenta como caótico; a leitura das notícias revela-lhe várias crises internacionais e nacionais. É claramente um período politicamente conturbado: como retratado na obra, os conflitos políticos internos entre republicanos e monarquistas acentuavam-se. Em termos de política externa, Portugal encontrava-se em disputas com outras potências coloniais, nomeadamente com Inglaterra após o ultimatum de 1890; tal ultimato foi a consequência da criação do mapa cor de rosa por parte de Portugal, que procurava elaborar como português a zona da África austral situada entre Angola e Moçambique, construindo em África um novo Brasil. A humilhação nacional resultante do ultimato inglês levou a que os republicanos ganhassem maior poder, culminando com a queda da monarquia e a instalação de um governo provisório republicano em 1910.

É assim neste período tenso de conflitos políticos nacionais e internacionais que se desenrola a trama de *Equador*. Luís Bernardo encontra-se envolvido nestes dilemas políticos:

Tinha a paixão do estado do mundo, que acompanhava com a assinatura de uma revista inglesa e outra francesa e era, correspondentemente, fluente nas duas línguas, coisa rara na Lisboa desse tempo. Interessara-se pela Questão Colonial, lera tudo sobre a Conferência de Berlim e, quando a

questão ultramarina começou a ser objecto de apaixonadas discussões públicas, ainda como seqüela do Ultimatum inglês, publicara dois artigos no *Mundo*, que foram amplamente citados e discutidos pela sua análise de uma rara frieza e equilíbrio, por entre o furor patriótico e antimonárquico dominante nos espíritos, em contraste com a aparente condescendência do Senhor D. Carlos. (p. 14)

Luís Bernardo encontrava-se assim necessariamente envolvido nas políticas do seu tempo, não apenas como espectador com opinião própria, mas claramente disputando opiniões e oferecendo a sua própria concepção do projecto colonialista: na sua visão de um colonialismo que considera “moderno, de matriz mercantil (...) [gerido] com espírito profissional e «atitude civilizacional»” (p. 14), o protagonista critica o comportamento animalesco “dos que, aqui não sendo ninguém, lá se comportam como sobas, piores do que os que encontraram, e não como europeus, idos da civilização do progresso, ao serviço do seu país»” (p. 14). A sua postura política cedo criou um debate “violento e intenso” (p. 15), findo o qual Luís Bernardo se via com alívio regressado à sua “pacata e habitual vida de todos os dias” (p. 15), ou seja, trocando questões coloniais por sonhos eurocêntricos de conquista mundial e as suas habituais políticas de género:

Tinha 37 anos de idade, era solteiro e tão mal comportado quanto as circunstâncias e o berço lho permitiam – algumas coristas e bailarinas de fama equivalente a todas as suspeitas, ocasionais empregadas de balcão da Baixa, duas ou três virtuosas senhoras casadas de sociedade e uma muito falada e disputada soprano alemã que estagiara três meses em S. Carlos e de que constava não ter sido o único frequentador (...) ele próprio instalado num amplo salão, com duas janelas rasgadas sobre o Tejo, que vigiava com a atenção de um faroleiro, ao longo dos dias, dos meses, dos anos. Ao princípio, Luís Bernardo criara a ilusão de que dali controlava uma armada atlântica e quase uma parte dos destinos do mundo: conforme os telegramas ou as comunicações-rádio dos seus únicos três navios iam chegando, assim ele ia actualizando o seu paradeiro com pequenas bandeirinhas que espetava no imenso mapa da toda a costa ocidental da Europa e de África, que preenchia a parede do fundo (pp. 12-13)

A sua vida habitual é, contudo, ainda marcada pelo seu passado político. Não há forma de escapar à política, sendo que é esta mesma que remete para o encontro com o Rei e subsequente ida para São Tomé e Príncipe.

Ao mesmo tempo que verificamos o seu envolvimento nestas matérias, tornamo-nos cientes de alguma distância patente nesta visão, pois Luís Bernardo lê todas estas notícias “recostado na confortável poltrona de veludo carmim da 1ª classe” (p. 11), o que nos impele a considerar as posições privilegiadas que atendem à sua subjectividade. Essa mesma subjectividade, não obstante o seu privilégio – os seus trinta e sete anos, a invejável posição de solteiro e as suas variadas conquistas sexuais – revela-se igualmente com as suas ‘melancolias’, como aponta o narrador, nomeadamente a nível profissional. A tática de aproveitar uma análise sumária da realidade exterior para logo em seguida proceder à caracterização do protagonista poderá ser interpretada como uma tentativa (consciente ou não) de quebrar a dicotomia entre o público e o privado, a subjectividade e a materialidade: se por um lado, cansado de ler sobre o caos exterior, Luís Bernardo “*preferiu* antes meditar no que o fizera apanhar aquele comboio” (p. 12, *itálico nosso*), este movimento introspectivo encontra-se recheado de elementos que se relacionam com os aspectos políticos do mundo exterior, claramente focando-se nas suas fantasias de controlo e exploração do mundo, como já abordámos anteriormente.

A resolução dessa fantasia denota uma certa amargura: “ficara-se para sempre pelo escritório da Rua do Alecrim e pela casa em Santos, onde vivia sozinho com uma velha governanta que herdara de casa dos pais e que sentenciava, volta e meia, que «o menino precisa de se casar», além de uma ajudante de cozinha, uma moça da Beira Baixa, feia como um porco-espinho” (p. 13-14). Não realizada a sua aventura, o protagonista vê-se amargurado por uma vida doméstica que não lhe inspira bonomia, lamentando a falta de erotismo da mesma. Na caracterização da sua vida amorosa parece realçar-se igualmente um lado diletante: “Fora no amor como na vida: as mulheres que verdadeiramente achava irresistíveis pareciam-lhe sempre para além do alcance; as que achava disponíveis pareciam-lhe sempre decepcionantes” (p. 17). A sua posição de solteiro é indicada na obra como alvo da inveja de outrem e de orgulho do próprio Luís Bernardo, estando o mesmo ciente das consequências previsíveis das políticas sexuais do contexto que habita: a forma como prevê a resolução do conflito gerado ao abandonar a sua noiva – “pensando para consigo, e com razão, que tudo se resolveria com quinze dias de maledicência de que ele seria o alvo e depois, outra vez, a vida inteira à sua frente” (p. 17) – implica um conhecimento do privilégio que ocupava, embora o mesmo não se revele explicitamente na obra. Será importante salientar que esse mesmo privilégio encontra-se inexistente ao nível das mulheres da obra,

especificamente como veremos no caso de Ann. Não obstante esse privilégio, Luís não escapa a momentos em que questiona os fundamentos dessa mesma ‘liberdade’: “Mal com a sua vida, mal com a sua pessoa, mal com a sua tão auto-admirada liberdade (...) Sentia-se um animal estranho, uma ave de rapina entre um rebanho feliz – estúpida e incompreensivelmente feliz” (p. 27).

Este ideal de liberdade, numa tensão constante entre a sua procura e a sua rejeição, adquire não apenas contornos a nível das normas sociais sobre o género – como exemplo, a pressão social para o matrimónio – mas igualmente contornos geográficos: é patente a relutância e as defesas erigidas por Luís Bernardo tanto na viagem para se reunir com o Rei assim como nesse mesmo encontro e subsequente reflexão. Abandonar Lisboa implicaria realizar o seu sonho de aventura e exploração de outros mares, outras paisagens; e, contudo, encarando a possibilidade que se forma perante os seus olhos, tal perspectiva de abandonar o que conhece e realizar então essa aventura é subitamente questionada e violentamente rechaçada. A possibilidade de concretização dessa fantasia é refutada por uma ansiedade crescente, como patente nesta sua formulação ao seu amigo João: “João, vê se percebes que se trata de passar três anos desterrado numas ilhas em pleno Atlântico, a oito mil quilómetros de Lisboa, onde só chegam jornais, correio e notícias uma ou duas vezes por mês! Ópera, teatro, bailes, concertos, corridas de cavalos, um simples passeio à beira-Tejo, nada! Selva e mar, mar e selva! Com quem vou conversar, com quem vou almoçar, com quem vou jantar e, já agora, com quem vou namorar – com alguma preta?” (p. 76-77). Ir implicaria abdicar de tudo aquilo a que estava habituado e reinventar-se, (re)aprender a viver; implicaria assim um reorganizar das suas relações sociais, numa terra estranha, em que não seria certo que o seu estatuto, poder, privilégio, funcionassem da mesma forma como até agora.

E, contudo, Luís Bernardo embarca para S. Tomé e Príncipe: “Tinha sido desafiado o seu espírito de aventura e de descoberta, o seu sentimento de dever patriótico e de serviço de uma causa nobre, a sua coerência de ideias e de carácter e, acima de tudo e como dissera o João, a necessidade de marcar, pela grandeza de um gesto, inesperado e altruísta, a legitimação de uma vida até então apenas confortável e ociosa” (p. 95). A sensação de ter entrado numa armadilha, de estar encurralado, remete-nos para o facto de que tanto amigos como superiores tinham sido hábeis na articulação de políticas coloniais, nacionais e pessoais que podem ser sintetizadas

igualmente em políticas de género: ir para S. Tomé implica uma necessidade de se afirmar enquanto ser patriótico, aventureiro e destemido, em suma, a confirmação da sua masculinidade. Mais não sendo pois a decisão do protagonista (mesmo que o mesmo a possa considerar como não-decisão (p. 95)) lhe permite:

a possibilidade de fugir dignamente de Matilde. Sim, porque ele tinha querido fugir dela e não tinha outra forma de o fazer decentemente sem ser aquela. Como todos os sedutores por ocupação, o que o atraía era o jogo de aproximação, a irresistível tentação do objecto impossível, aquele roçar de todos os perigos, aquele arrepio do escândalo e do desejo conjugados, o triunfo final da sedução, os despojos da conquista a seus pés - as roupas espalhadas pelo chão, uma mulher nua, casada, de outro homem, entregue nos seus braços, gemendo de prazer e de terror na descoberta dos limites inexplorados da sua própria sexualidade. Mas depois disso, depois de deixar naquela noite o quarto de Matilde e o hotel na manhã seguinte, restara-lhe, como sempre, apenas um orgulho de caçador satisfeito e um desejo imperioso de se afastar para longe, tal qual um salteador que se quer afastar rapidamente da casa assaltada, para não ser desmascarado e denunciado (p. 96)

Quiçá, como iremos propôr adiante, o prazer e terror encontrados “na descoberta dos limites inexplorados da sua própria sexualidade” não seja apenas, como a obra nos indica, por parte de Matilde (tendo nesta percepção Luís/o homem a posição onipotente de tudo saber e não a de um actor envolvido, com os seus próprios prazeres e gemidos) mas sim do próprio Luís. O que contudo gostaríamos de propôr por enquanto é de que esta ida de Luís, à luz da aventura em busca da afirmação da sua masculinidade, implica uma exclusão do feminino – quer na forma da mulher (Matilde), quer também na sua vida doméstica (domesticada?), também representada por duas mulheres. Para onde vai, Luís não concebe qualquer espécie de relação com o feminino: na sua concepção fantástica, a terra para onde se dirige é dura e agreste, prometendo provações duras e mesmo as próprias mulheres nativas estão excluídas pelo seu preconceito. Para Luís Bernardo, a ida para São Tomé assemelha-se a um movimento de clausura:

Era a angústia de quem se preparava para se fechar três anos, numa pequena ilha, perdida no vazio do mar e cercada de selva virgem, onde tudo *devia ser desesperadamente igual e monótono cada dia*. Por alguma razão, S. Tomé fora, até há uns quarenta anos atrás, a colónia penal favorita para enviar os piores degredados do reino. Que prisão mais perfeita do que aquela lhe poderiam ter dado para governar? (p. 119, itálico nosso)

Se por um lado Luís Bernardo se encontra consciente, através das suas leituras, da situação económica e política de S. Tomé, encontramos aqui uma série de ansiedades, configuradas por elementos idiossincráticos e sociais. Este novo ser que se formava na viagem para S. Tomé, orientado por deveres patrióticos e de nobreza de carácter, de certificação pública de ser homem com todas as qualidades e privilégios que tal posição alberga, revela contudo várias hesitações pois a percepção do seu local de destino é claramente fantasmática, não ancorada na realidade: “Só uma vez lhe ocorrera, por espírito de descoberta ou por dever de ofício, embarcar num dos seus navios (...) explicaram-lhe que aquilo não era bem África, antes um pedaço de lua caído ao mar, mas ele não se motivou a ir mais além, ao encontro dessa tal África de que lhe chegavam tantos relatos extasiados” (p. 13). Contrastando com esta descrição, roçando a paródia, da primeira (e, de acordo com o narrador, única) tentativa frustrada de Luís Bernardo em embarcar na sua viagem heróica, há agora um tom forçado, imperativo, no conhecimento dessa “tal África”. Instala-se assim uma resistência no protagonista: orientado por uma noção necessariamente limitada do seu local de destino, Luís Bernardo não concebe possibilidades frutíferas em relação ao seu papel na ilha.

A ida para S. Tomé implica a tomada de uma aventura heróica, como vimos, a possibilidade (assim como a clara necessidade) de se provar enquanto homem através da realização de tal façanha. Ao rejeitar a possibilidade concebida como destrutiva de ser considerado como algo que não um homem, a fuga do feminino, da possibilidade de ser considerado pelos amigos, pelo rei, como menos homem, e da própria Matilde, novamente com os seus temores de domesticação, Luís Bernardo parte.

Este heroísmo não se encontra, contudo, isento de contradições. Como afirma Schoene-Harwood (2000), “heroic masculinity represents a contradiction in terms, unhealthily conflating a man’s desire for outstanding individual autonomy with the emasculating imperative to succumb without objection to the remote control of patriarchal law” (p. 15). Ao mesmo tempo que Luís Bernardo parte para provar a sua masculinidade (necessariamente entendida como imersa em aspectos de exploração e conquista), o próprio concebe já os perigos que o espreitam; e, como nos é dado a conhecer no decurso da obra, Luís Bernardo alcançará um momento de claro entendimento das forças políticas e estratégicas que controlam a sua vida, com derradeiras consequências.

Como vimos, o protagonista albergava já em Lisboa fantasias destrutivas em relação à sua ida para S. Tomé; é na própria viagem que essas fantasias começam a adquirir contornos reais, de maior contextualização política. O encontro de Luís Bernardo com o governador de Angola pode ser considerado como um exemplo da forma como as convicções de Luís são progressivamente abaladas, desestabilizando-se a sua posição privilegiada. Todo o encontro pode ser resumido a uma luta de forças, de comparação de feitos e poderes, que encontram necessariamente uma expressão ao nível da valorização das masculinidades, nomeadamente como as diferentes posições destes dois homens criam uma divisão de subordinação.

“Uma lágrima enevoou-lhe os olhos, mas era da poeira, das saudades da luz de Lisboa, da incerteza do que o esperava: não era, certamente, da recordação da cara, da pele, do corpo, da voz suave de Matilde repetindo baixinho «oh, meu amor!», enquanto o agarrava pelos cabelos” (p. 108). Podemos sugerir que Luís Bernardo se encontra situado numa tensão de rejeição daquilo que é emocional, da relação com o outro (neste caso, a outra, Matilde) e da rejeição desse mesma vertente emocional, sendo que as emoções resumir-se-iam a uma vertente mais material: a cidade – e não os amigos ou conhecidos – e a possibilidade de perder tudo o que tinha alcançado até agora com esta empreitada heróica; é nesta tensão, neste vai-e-vem entre preservar um Luís Bernardo que podia exprimir, mesmo que interiormente, uma inteligibilidade emotiva, e um novo Luís Bernardo que o espera em S. Tomé, um desconhecido para si mesmo mas provavelmente orientado para a negação de si, que o protagonista encontra o governador de Angola.

Este encontro prima por ser o primeiro contacto fora de um âmbito mais regulador e contentor: estamos já em território desconhecido, fora de Portugal, onde as regras são outras. O governador de Angola é apresentado como ameaçador para Luís Bernardo, um “Napoleão dos trópicos” (p. 112) cujas considerações alimentam o desespero de Luís Bernardo. É um encontro interessante pois à partida assiste-se a uma subordinação de Luís Bernardo face ao governador, em função da maior experiência e importância política deste último: Angola é considerada, naquele contexto, como mais valiosa e importante do que S. Tomé. Ao passo que Angola representava várias possibilidades, S. Tomé revelava-se como um local estático, monótono: “Essa era outra grande diferença entre Angola e S. Tomé: uma era rica em promessas por cumprir e riquezas por explorar, a outra encontrara o seu filão e dessa única riqueza era auto-suficiente e próspera” (p. 118-119). A subordinação de Luís Bernardo passa assim por

aquilo que não tem: não tem experiência, o *savoir faire* de como realmente, na prática, se realizam as explorações colonialistas; assim como não tem o controlo de uma terra internacionalmente invejada. A sua subordinação passa contudo também por algo que tem: a sua capacidade de falar inglês, que não obstante ser considerada como essencial para o eventual encontro com o cônsul inglês, é desvalorizada por, na concepção do governador, não atender à verdadeira natureza da empreitada colonialista, que se revela nesta perspectiva como algo de masculino:

E nós, governo, damo-nos por muito contentes por haver transmontanos a viverem lá no mato e só pedimos que ensinem português aos mulatinhos dos filhos! É assim que estamos a ocupar o interior de Angola e o resto é muito bom para os tais Tratados e para as conversas de salão dos diplomatas. Mas eu gostava era de ver um inglês, no seu fatinho de flanela branco, de King's Road, não é, a viver lá na puta da fazenda Nova Esperança e a virar-se para a mulher preta e perguntar «Oh, dear, do you care for a drink?» - como vê, também arranho o meu inglês. (p. 113)

A ocupação territorial não estaria centrada em discussões diplomáticas, a altos níveis governamentais, mas sim nos actos sexuais entre homens portugueses e nativas, compradas por esses mesmos homens, “uma saca de feijão por uma mulher, um porco por duas mulheres” (p. 113). Seria assim nesta confluência entre a propriedade da terra que os portugueses adquiriam como sua, cultivavam e cuidavam, assim como a propriedade de mulheres nativas, que geravam os seus filhos, que a ocupação colonial estaria a ser realizada. É uma perspectiva agreste; não se coloca a possibilidade de tradução emocional entre portugueses e nativos: “Ali trata-se de sobreviver e os desgraçados dão-se por muito felizes por terem uma, duas ou três pretas a que chamam mulheres e sabem muito bem que jamais sairão daquele buraco.” (p. 113). Esta visão masculinista, de povoar terras coloniais através dos sacrificados homens portugueses, conflui igualmente com uma feminização de homens ingleses, que não teriam a coragem masculina de copular com uma nativa. Ao colocarem-se os homens ingleses enquanto menos másculos do que os portugueses, também se procede ao que poderemos considerar como uma reparação narcísica do orgulho nacional ferido: os homens portugueses são os que trabalham em condições agrestes, e que indomavelmente sobrevivem nessas mesmas condições, ao passo que os homens ingleses são seres malignos, intraduzíveis, que desestabilizam actualmente a pátria com os seus esquemas e subterfúgios, e que assim são relegados para o feminino, local de desvalorização.

Assistimos então a um desenho claro de fronteiras rígidas, uma cartografia em que o local do feminino e do masculino estão clara e irremediavelmente separados, orientados e concebidos por noções não apenas de género mas igualmente de raça e nacionalidade. Como ousam os ingleses/o feminino, exigir algo dos portugueses/o masculino? E, contudo, esta viagem temerosa resultará na elaboração de novos mapas a vários níveis⁴, redefinindo exclusões e considerações políticas, nomeadamente pois, como veremos, o feminino conflui com São Tomé.

Na obra a natureza é associada à mulher, ao passo que a tecnologia/progresso/modernização (em suma, a tarefa em que Luís Bernardo estava implicado) é associado ao homem:

Era como se o céu inteiro rebentasse de repente, incapaz de adiar por mais tempo uma insustentável contenção: como o prazer suspenso até ao limite no corpo de uma mulher. Então, a ilha inteira libertava-se daquele sufoco, da agonia das horas escorridas em suor, daqueles dias de uma violência sem tréguas. (p. 169)

Igualmente, podemos também entender a “violência sem tréguas” como em verdade algo que o próprio Luís Bernardo sente; desta forma, erege-se uma metáfora sexual, orgástica, em que todas essas emoções contidas são violentamente libertadas, ao mesmo tempo que tal metáfora pode ser entendida como uma projecção para a mulher da existência desses mesmos sentimentos nos homens.

De igual forma no encontro com Doroteia, Luís Bernardo nota nela uma “inocência selvagem” (p. 136), remetendo então para uma já confabulada metáfora do homem enquanto caçador. É aliás através da caça que somos apresentados ao rei, uma actividade construída na obra como contexto de convívio masculino: “Nada lhe dava mais prazer do que aquelas manhãs de caça entre amigos. Gostava de tudo, incluindo o desfazer da feira: os comentários dos caçadores, as proezas que cada um descrevia aos outros, os cumprimentos que ele recebia de todos” (p. 43). A caça serve como uma forma de atestar o carácter de si e de outros; quando o rei indaga se Luís Bernardo seria caçador – “Olha, vê se o tipo caça: já seria bom sinal” (p. 40) – e descobre que não, a própria actividade política é ameaçada: “Nem sei se chego a tocar no assunto, propriamente dito, ou se me fico pelos rodeios” (p. 40). É assim neste contexto, de

⁴ Nomeadamente, Rodrigues (2008) considera que *Equador* revela “a incongruência das dicotomias que sustentavam o discurso eurocêntrico de dominação, como a ideia de progresso/atraso” (p. 41)

exibição de um carácter masculino, que se forjam alianças políticas: não basta ser homem, tem de se provar algo mais.

Este ritual masculino, servindo as funções de constante afirmação e exultação da masculinidade, tem necessariamente um aspecto homosocial: “e a pequena assembleia dispersou-se, uns afundados nos sofás e na leitura dos jornais, outros em conversas de pé à lareira, outros simplesmente recostados a fumarem os seus charutos. Tal qual o salão de um clube; a mesma deliciosa ociosidade masculina, servida por um cardápio de todos os pequenos prazeres” (p. 50). A imagem da ‘ociosidade masculina’ virá a repetir-se na obra, nomeadamente nas relações de David com o poder local enquanto na Índia, para consternação de Ann; igualmente, Luís Bernardo pertencia a um grupo de amigos, «Os Sobreviventes», que se reuniam semanalmente “num ambiente de descontração e numa conversa de homens, que ia das mulheres à política, passando pelos cavalos. Ocasionalmente, também se faziam negócios, trocavam-se livros, contavam-se as viagens que se tinham feito, actualizavam-se os rumores e obtinham-se favores ou contactos das áreas de actividade em que cada um se movia” (p. 67). Há assim inerente à construção da figura masculina uma homossocialidade, isto é, uma necessidade de estar com outros homens, numa construção dessas masculinidades de acordo com as ideologias presentes nesses círculos. As próprias ideologias que permeiam tais contextos são mutáveis de acordo com o clima sócio-político: o grupo homosocial que Luís Bernardo frequentava em Lisboa, «Os Sobreviventes», é ao mesmo tempo constituído por uma forte influência queirosiana e um desafio à mesma: “Por oposição ao grupo de que Eça fazia parte, «Os Vencidos da Vida», eles intitulavam-se a si próprios «Os Sobreviventes» - com isso querendo significar que, com menos angústia e decerto menos brilho, estavam dispostos a extrair daquela vida lisboeta do início de novecentos todo o partido que ela lhes pudesse dar” (p. 67-68).

Esta homossocialidade prova-se na configuração da caça enquanto metáfora sexual: o homem enquanto caçador funciona igualmente como o homem sexuado, pintado em termos predatórios, de dominação sobre a sua presa, com laivos biólogos que configuram em termos muito precisos a relação entre homens e mulheres:

De repente, tudo se tinha varrido da sua cabeça, nada mais restava naquele momento do que ele e a arma, fundidos num só corpo, atento a todos os sinais e sons do mato, a adrenalina a subir-lhe à boca, o coração a bater mais forte, toda a manhã suspensa daquele instante que ele adivinhava cada vez mais próximo (...) na atitude eterna do caçador esperando a sua presa, como sempre

sucedeu desde a noite dos tempos, desde que o primeiro caçador de sempre se emboscou para tentar surpreender o primeiro animal caçado (p. 41)

O imaginário masculino encontra-se repleto de fantasias de predação e subjugação dos outros, nomeadamente de mulheres. A fantasia de predação constitui a relação sexual heterossexual na obra:

Pois, meu caro, como deve saber, acabo de vir da caça e os caçadores têm um apetite voraz. Aliás, com ou sem caçadas, essa é a fama que eu tenho e, felizmente, uma fama com proveito... ao contrário de outras – e D. Carlos sorriu abertamente, enquanto que Luís Bernardo, embaraçado, não soube se devia sorrir também com ar entendido ou, pelo contrário, não dar mostras de adivinhar a que outras famas se referia o Rei. *Mas o país inteiro sabia que o Senhor D. Carlos não caçava apenas perdizes, lebres, veados ou javalis, em Vila Viçosa, mas também, ao que constava, empregadas de serviço, filhas de caseiros, esposas de alguns notáveis da vila ou meninas de balcão de lojas. Nisso, ele e o Rei tinham, aliás, gostos comuns.* (p. 46, itálico nosso)

Certamente Luís Bernardo também é caracterizado como caçador no âmbito sexual: a ideia de predação, de conquista, é inerentemente erótica, como reflecte no seu encontro com Matilde.

Apesar de toda a satisfação exibida pelo “caçador satisfeito” (p. 96), parece haver uma insatisfação presente na circularidade que tal comportamento exhibe: o desejo imperioso de escapar, tão constitutivo da própria acção do ‘sedutor por ocupação’ que já se consegue premeditar, peca por essa mesma previsibilidade, ao esvaziar de sentidos mais profundos o contacto sexual; dito de outra forma, a acção ao nível impessoal, do caçador com a sua presa – poderíamos aqui empregar os datados conceitos de ‘papéis sexuais’ - roça os limites da falta de criatividade, ao seguir um jogo seguro em que todos os passos estão, à partida, desenhados de forma quase matemática; é, aliás, esta noção matemática, fundamentada por um suposto impulso biológico, que permite criar a meta-narrativa intemporal elaborada anteriormente. A própria narrativa de Luís Bernardo, contudo, permite decifrar outras elaborações: se o mesmo certamente continua a aceitar e a refazer esta metáfora do caçador, é a insatisfação que sente com o aspecto perscritivo da mesma que lhe permite confrontar outras formas de ser e fazer na sua viagem. Voltamos ao encontro com Doroteia: se é certo que existem interdições provenientes da relação profissional entre ambos, igualmente a noção de ‘caçador caçado’ pode significar já uma vulnerabilidade que Luís Bernardo sente ao encontrar-se

numa terra distante, desconhecida, resoluto em odiar, com um outro que, não obstante lhe despertar volúpia, é-lhe também interdito em termos de desejabilidade em função de preconceito. Assim, nas suas entrelinhas, a obra permite-nos elaborar uma noção mais complexa do desejo, que se encontra sempre em movimento e re-actualização, e não como algo de estático.

Encontram-se igualmente elementos na obra que nos permitem questionar a noção de masculinidade como associada a homens, nomeadamente na apresentação de D. Maria Augusta da Trindade, a única roceira. Não existindo dúvidas de que se trata de uma mulher – “mulher dos seus trinta e muitos anos e ainda visivelmente dotada de atributos que o vasto decote do seu berrante vestido” (p. 154) – existem elementos na sua caracterização que nos remetem para uma percepção mais masculina da personagem. “Era, aliás, nessa perspectiva, continuadora de uma linhagem de mulheres de armas, muito senhoras de si e dos seus amores (...) constava-se que dirigia a sua roça com determinação de homem e bastante mais competência que muitos deles” (p. 154). Os seus movimentos, gestos, traem outras formulações do feminino: “Era demasiado «exposta» fisicamente para uma senhora, para mais viúva, da sua condição e da sua idade (...) os seus gestos, a comer e a falar, eram muito pouco contidos, como convinha às mulheres de reputação (...) enfim, não era senhora que se acompanhasse no Passeio Público ou cujo salão se frequentasse às claras” (p. 212). É através desta análise do corpo que a feminilidade de Maria Augusta é colocada em questão.

O facto de Maria Augusta expressar um hipotético desejo de um dia abandonar a ilha permite que Luís Bernardo construa uma relação mais próxima com a roceira. “E um dia, sem conseguir explicar a si próprio porquê, resolveu voltar à Nova Esperança (...) Luís Bernardo olhou para ela como se a visse pela primeira vez. Era um olhar cru (...) um olhar de macho com cio, mas também (...) um olhar de menino perdido na floresta” (p. 479). A personagem de Maria Augusta poderá ser a personagem que de forma mais clara lança toda uma série de questões à estreita construção de uma cartografia de género que conceba o feminino e o masculino como identidades isoladas e firmes; a sua própria existência, enquanto ‘mulher de armas’ seria, na concepção apresentada pelo governador de Angola, uma clara impossibilidade.

É em S. Tomé, e contrariamente às fantasias de Luís Bernardo, que se assiste a uma actividade criativa que inspira o projecto democrático em que assenta a obra; a terra dura, inóspita, revela gradualmente os seus segredos e encantos. É nela que Luís Bernardo re-elabora as suas alianças e convicções políticas, aprendendo a apreciar uma

terra e uma gente que, em função de uma ideologia imperialista, tinham sido amordaçadas na sua diversidade e dissidência. “Nesta mesa, que já serviu um príncipe, um ministro do reino e vários governadores, nesta mesa onde vocês já me serviram tantas vezes sozinho, eu quis tê-los a todos aqui, hoje, na noite de Natal, porque vocês são, quer queiram quer não, a única família que eu tenho no mundo” (p. 486). A viagem de Luís Bernardo é a de um sujeito que parte do receio de se envolver politicamente, na procura de manter neutralidade, a sua “análise de uma rara frieza e equilíbrio” (p. 14), para a construção de um sujeito com afinidades e relações que nunca concebera serem possíveis; mas que, em última análise, não apenas são possíveis mas igualmente desejáveis⁵. Tal metamorfose, se será possível interpretar enquanto causadora da tragédia que sob ele se abateu, também revela os seus encantos e prazeres. No final da obra, Luís Bernardo encontra-se irremediavelmente mudado, tendo abraçado S. Tomé:

Apesar de tudo, apesar de toda a solidão daqueles dois anos, apesar do aborrecimento sem fim daqueles dias, do sufoco daquele clima, apesar daquela ser a terra do seu angustiante amor por Ann e a terra onde aprendera a ler o ódio no olhar dos outros, ele amava aquela ilha, o verde da mata, o azul do mar e o cinzento translúcido do nevoeiro que o envolviam, como se o protegessem aos seus braços de seiva, de sal, de névoa. Agora, que o seu mundo de outrora se tornara apenas uma recordação antiga, alimentada em notícias de jornal ou esparsas cartas de amigos, aquela paisagem das ilhas era o que lhe restava de íntimo, de familiar, de território seu (p. 495)

Apesar de todas as contradições, o Luís Bernardo que se revela no final da obra é um ser mutante, que aprendeu a amar e a formar, num local que inicialmente odiava, uma família composta inteiramente por pessoas que lhe deveriam ser, de acordo com os costumes e a tradição, necessariamente alienígenas, incompreensíveis. Há assim aqui uma capacidade de tradução que vigora, de ultrapassar barreiras e linhas imaginárias, para encontrar os outros, que certamente diferentes lhe proporcionam, por breves momentos, a liberdade que almejou incessantemente.

⁵ Como considera Sieber (s/d), Luís Bernardo re-inscreve as suas posições no decorrer da obra, mudando a sua percepção do ‘aqui’/’ali’ e de ‘nós’/’eles’

É, contudo, uma mutação incompleta. Não parece existir uma capacidade de tradução a certos níveis, nomeadamente ao nível das relações de género; e aqui caímos numa noção tradicionalista das mesmas. Luís Bernardo abandona Lisboa por uma mulher; e Luís Bernardo abandona a vida porque uma outra mulher não o quis; temos assim a mulher como denominador comum da tragédia e desgraça masculina.

Se o primeiro capítulo serve para nos familiarizar com Luís Bernardo, todos os outros personagens existem apenas enquanto sombras; o narrador, onisciente ou telepático, parece ter tanta dificuldade em entender as mulheres como o protagonista. É Matilde que parece ser a personagem mais pormenorizada na sua caracterização, sendo-lhe atribuída algum substrato psíquico para além da alegoria da mulher promíscua tão presente na literatura tradicional; sabemos que se encontrava insatisfeita com as conveniências sociais que permeavam tanto da sua vida enquanto mulher e esposa. Igualmente, é a sua sinceridade que abala Luís Bernardo; e contudo, essa originalidade cedo se apaga pois a personagem é rapidamente colocada como um espelho metafórico das inquietações de Luís Bernardo. “Agora era Luís Bernardo que não se sentia seguro. Alguma coisa lhe estava a escapar. (...) «Meu Deus, mas onde é que isto vai parar?»” (p. 21). A cena sexual entre os dois, em que Matilde se sentia “perdida de si mesma, à deriva, caindo dentro de um poço sem fundo, ela era o poço e aquele homem tocou no fundo” (p. 92) parece ser, ironicamente, não tanto sobre Matilde, mas sobre o próprio Luís Bernardo: o que gostaríamos de propôr é que Matilde é aqui esvaziada de qualquer subjectividade, sendo utilizada como projecção das angústias de Luís Bernardo. Esta sensação de perda, de descontrolo, é projectada de Luís Bernardo para Matilde, tendo como pano de fundo o momento fusional ocasionado pela sexualidade. É, aliás, um contexto propício ao esvaziamento do outro (neste caso, Matilde), pois se a sexualidade é já um *site* de tensões, estas são transferidas para um receptáculo apropriado num sentido social. Em suma, a norma social dita que o homem deve estar isento de tais tensões e ambiguidade; a única alternativa aqui encontrada é o de projectar essas ansiedades para o ser que socialmente é esperado tê-las: a mulher. A sexualidade é então não um encontro, mas um acto, possivelmente realizado numa vertente narcísica que impeça a desintegração do sujeito (Frosh, 2006). Encontrando-se retratada uma agência sexual por parte das mulheres na obra - se Matilde espera por Luís Bernardo, Ann realiza essa acção - não obstante gostaríamos de sugerir que não há um

reconhecimento da complexidade da sexualidade feminina. Notemos a seguinte passagem:

David tinha um Estado para administrar, problemas para resolver todos os dias, tinha a caça e as deslocações através do território, tinha as soirées masculinas em casa do rajá. Ela não tinha nada disso. Entretinha-se a ler ou a passear no jardim e os seus grandes momentos solitários de deleite eram as sessões de massagem que Ariza, a sua criada de quarto, lhe proporcionava e que roçavam os limites da sensualidade suportável. De noite, David colhia os frutos desse transe controlado e de cada vez se espantava e deliciava com a sexualidade livre, quase animal, da sua mulher (p. 258)

Através da já abordada fusão da mulher com a natureza, existem elementos homossexuais que parecem intrínsecos à condição da mulher; estes ‘limites da sensualidade suportável’ indicam uma componente homossexual que timidamente procura ganhar expressão. Sendo certo que esta vertente da sexualidade é rapidamente posta de lado, o que aqui transparece é uma elaboração da sexualidade feminina como polimorfa⁶, ou seja, com vários objectos de desejo que se encontram fora dos comportamentos socialmente estabelecidos. Longe de ser celebrada, este aspecto da sexualidade humana é remetido apenas para a mulher, ocupando esta um lugar reservado ao adulto perverso. Poderá ser esta uma das vertentes que constitui, na obra, uma impossibilidade de tradução e articulação de desejos e vontades das mulheres, por ser considerado que o lugar da mulher é necessariamente e apenas o lugar do irracional.

De acordo com Moi (2008), “to turn women into second rate citizens in the realm of literature is to say that women’s experiences of existence and of the world are less important than men’s” (p. 268). Em suma, a posição desprivilegiada das mulheres na obra, raras vezes ultrapassando a função de espelho e repositório de ansiedades e tensões dos homens e comumente chamadas à cena apenas para provar mais uma vez a heterossexualidade do homem em questão, implica que a sua vivência, a sua subjectividade, sejam anuladas, criando-se uma noção de não inteligibilidade em relação às mulheres. De uma forma geral, as mulheres giram em torno do dilema do prazer

⁶ Baseando-se numa vertente psicanalítica, nomeadamente nos trabalhos de Donald Meltzer, Mendoza (2001) conclui que para Meltzer a sexualidade polimorfa presente no adulto consiste na capacidade de dar e receber, distinguindo-se assim da perversão, uma relação rígida de controlo e punição

versus a obrigação, a sexualidade versus a norma; mesmo na personagem de Maria Augusta, não obstante a tentativa de sintetizar ambas as partes, esta acaba por falhar.

A exceção, consideramos, é Ann, nomeadamente porque os seus motivos encontram-se em última análise envoltos em mistério. É certo que somos largamente avisados de que as normas porque se rege o seu casamento com David adquiriram novas tonalidades após o escândalo indiano; e contudo o facto de desconhecermos a sua história passada (em contraste com a maior complexidade dada à história pessoal de Luís Bernardo ou de David) implica que as suas acções poderão ser interpretadas de variadas formas. Conhecemos Ann largamente pelo papel que desempenha no conflito entre David e Luís Bernardo; a subjectividade destes toma precedência sobre a dela.

Desta forma, em *Equador* nota-se um esconder/invisibilizar de manifestações/compreensões mais complexas da sexualidade feminina, pois o próprio acto de promoção dessa compreensão (ou tentativa de) implicaria que a sexualidade masculina não significa tudo; desta forma, preserva-se a dicotomia: mulher enquanto preocupada com a reprodução, o homem com fantasias de exploração e colonização. Ao preservar-se uma noção linear da sexualidade feminina estabelece-se a autoridade masculina, uma vez que é a sexualidade masculina que encontra expressão. A questão é que o ser-se mãe (a procriação como acto último do acto sexual) tem um significado tangível na sociedade, ao passo que o *enjoyment* da mulher no sexo não tem tradução pública facilmente acessível (McGowan, 2008), salvo vulgares desvalorizações da mulher. Tomemos Matilde e Ann como exemplo: se em Matilde podemos argumentar que o acto sexual não tinha como objectivo último a procriação, o que concordamos, o mesmo acto é envolto em ansiedades relacionadas com essa mesma procriação (i.e., a preocupação de Matilde com os filhos, a incapacidade de Luís Bernardo perspectivar uma vida com os filhos de Matilde); aqui Ann quebra barreiras: Ann *quer* sexo, e se claramente esse desejo pode ser interpretado à luz da moralidade vigente (e falamos ainda aqui do século XXI, não necessariamente apenas do século XIX) como um claro desvio, uma anomalia moral e psíquica, a dissidência encontra-se lá.

Ao reconhecer-se a mulher sexuada, o nativo humano (em suma, os sujeitos humanos que tradicionalmente não vêm revelada a sua agência), o sujeito é emancipado da autoridade de um significado tradicional e monolítico (McGowan, 2008). Podemos então aqui aplicar como politicamente necessária a forma como Jessica Benjamin emprega o conceito de reconhecimento. Este conceito de

reconhecimento implica que o outro existe para si mesmo e não apenas para mim (Benjamin, 1988, cit. por Mitchell, 2000); ou seja, o outro desafia a onnipotência do sujeito, indicando realidades e alternativas que nos escapam. A existência do outro, pela sua própria diferença, pode ser considerada como ameaçadora, e conduzir à destruição; contudo, é também uma ideologia cultural que nos oferece esta posição, uma vez que socialmente se assiste a uma tentativa de preservar coesão, unidade, como se estas fossem indicativas de saúde mental. Existem outras alternativas: como alega Segal (1999), a saúde mental pode reconhecer-se na capacidade de transformação do self, sendo que este self é necessariamente conceptualizado como dividido, em constante re-elaboração. Afirma Butler (2000): “The self does not take the Other in: it finds itself transported outside of itself in an irreversible relation of alterity. In a sense, the self is this relation to alterity” (p. 288). No encontro com o outro, o self sofre uma mudança inegável, que de acordo com os recursos pessoais e comunitários, pode resultar na aniquilação ou reconhecimento:

Tolerating ambivalence, being able to feel both love and hate toward the same object, does not mean that love and hate are synthesized so that love triumphs over hate. Rather, it means that hate can be borne. Difference, hate, failure of love can be surmounted not because the self is unified, but because it can tolerate being divided. Inclusion of split off feelings or blocked aspirations is motivated not by a compulsion to restore unity but out of the wish to be less resentful and afraid of projected anger, less terrified of loss, less punitive toward what one desires (Benjamin, 1988, cit por. Mitchell, 2000, p. 260).

Ao querer sexo, Ann quebra barreiras: “Com horror, deu-se conta de que essa ideia nada tinha de improvável, antes pelo contrário: Ann gostava de sexo, isso já ele tinha descoberto por si, e de certeza que ela o não tinha descoberto com ele” (p. 339). O fantasma da reprodução como único objectivo do acto sexual parece ficar resolvido com a traição de David e a subsequente decisão de Ann de explorar outras facetas da sua vida e nova condição. O que falha em *Equador* é que este tactear de fronteiras que Ann realiza não encontra uma tradução mais precisa. Passamos de uma imagem da mulher enquanto mãe para uma imagem da mulher enquanto uma quimera indecifrável; o próprio protagonista não consegue elaborar uma maior compreensão de Ann: “Olhou de lado para Ann, tentando ler a resposta no seu olhar, mas ela devolveu-lhe apenas um sorriso vazio de qualquer significado” (p. 339). Ann é então a personagem misteriosa,

de acções confusas, fora da inteligibilidade, não por falta de tentativa da própria: “Ah, a verdade, Luís! Tu e o David, desculpa que te diga, nisso são muito parecidos: grandes princípios e fracos sentimentos! Que sabes tu da verdade? Achas que és o único que sofre? Achas que eu não sofro, mais do que todos, achas que o David não sofre, se calhar mais do que eu, ainda?” (p. 471). E contudo, não obstante estas tentativas de preenchimento da subjectividade de Ann, o lugar reservado a todas as mulheres é o de mistério, sem possibilidade de compreensão, cedendo o lugar a interpretações que sigam os estereótipos usuais.

Recordemos a cena da caça real; como nos é transmitido de forma veemente, tal contexto é única e exclusivamente masculino: “Era um almoço de homens (...) era realmente um almoço só de homens” (p. 46). Voltamos a esta cena em específico por acreditarmos que a mesma retrata uma ideologia predominante na obra: são as relações entre os personagens homens que são amadurecidas e abordadas com maior detalhe; e nessas relações, a mulher aparece como ponto de ligação entre ambos os homens. Há aqui uma utilização da mulher enquanto instrumento de validação da masculinidade em termos tradicionais (o desempenho heterossexual), assim como o alcance do outro, sendo este outro um homem. Na obra, o lugar de desejo sexual é heterossexual; mas o contacto, o desejo de estar e aprender com o outro, é homossocial. Assim como Matilde age como o terceiro numa relação entre Luís Bernardo e João Forjaz, também Ann age como intermediária entre Luís Bernardo e David: “Deu-se conta, de repente, de como verdadeiramente gostava de David. Poderiam ter sido os melhores amigos do mundo, se ele não tivesse estragado tudo – e tudo o resto – por Ann” (p. 496).

A obra não se encontra despida de situações de reconhecimento, destacando-se o primeiro encontro de Luís Bernardo com Josué. É neste primeiro encontro com as realidades do trabalho escravo que a obra desenvolve o seu carácter político estabelecendo uma possibilidade de tradução entre os dois homens escravos e o protagonista:

Um dos negros da Rio do Ouro acendera uma lanterna e o cheiro a petróleo inundou o abrigo dos homens e pareceu-lhe absurdamente reconfortante, familiar. Era o mesmo cheiro das noites de pesca, ao largo de Sesimbra (...) o mesmo cheiro da casa da avó, na sua infância, quando ouvia as vozes das criadas na cozinha, a tosse do pai no quarto, anunciando a morte que o rondava (...) e uma criança, ele, embrulhado num lençol de linho e em pesados cobertores de flanela, ao abrigo

dos males e das tempestades, permanecendo atento a tudo, na escuridão protectora do seu quarto. «Está aí alguém?». Ele repetia a pergunta , várias vezes, várias noites, quando tudo lhe parecia ainda mais escuro e mais longínquo. Mas não, nunca ninguém estava para lhe responder (p. 194)

O que se proporciona neste momento é o reconhecimento do sofrimento de um outro ser humano através de uma constatação do próprio sofrimento; isto é, ao constatar as condições inumanas daqueles homens, e através da rememoração do seu próprio sofrimento, o protagonista cria assim uma inteligibilidade entre ele próprio e os outros homens. Há assim um reconhecimento do outro, da sua especificidade humana, sendo possível considerar este momento como condutor de futuras acções políticas do protagonista; por outro lado, existem elementos que perturbam este reconhecimento, nomeadamente a nível da sua desejabilidade. Consideremos a personagem de Gabriel que juntamente com Ann realizam aquela que parece ser a grande traição da obra: “O homem que fazia amor com Ann jamais viera da Escócia e nunca fora seu marido. Era negro de Angola, chamava-se Gabriel, e Luís Bernardo, juntamente com David, resgatara-o de uma morte certa na Ilha do Príncipe” (p. 505). A traição derradeira da obra é protagonizada por um ‘negro’ e uma mulher, seres cujas subjectividades, cuja própria possibilidade de serem concebidos enquanto seres humanos em toda a sua complexidade, são alvo de suspeita. Desta forma, o reconhecimento do outro é possivelmente anulado, ou seriamente questionado na sua desejabilidade, ao apresentarem-se os ‘outros’ da obra como os realizadores de traições e mentiras.

Equador, por apresentar um protagonista que se metamorfoseia e cria uma nova forma de se relacionar com uma terra e gente que considerava fantasmaticamente como abomináveis e ameaçadores, revela como as nossas posições enquanto seres humanos são passíveis de mudança, e como essa própria mudança pode, ao contrário do que muitas vezes se teme, renovar e reconstruir relações cada vez mais criativas e humanas. Este projecto democrático encontra-se, contudo, impregnado por aquilo que procura rejeitar: a agência dos nativos da terra é brevemente retratada, sendo colocada em segundo plano à devoradora agência dos colonizadores; mesmo Luís Bernardo fala em função desses outros, não sendo reveladas as suas vozes. Igualmente, a agência das mulheres é minimamente explorada, sendo lançada para o exterior da fronteira da compreensão e, assim, necessariamente descartada como possibilidade (e realidade) concreta.

“The shadow of her wings fell on my page; I heard the rustling of her skirts in the room. (...) And she made as if to guide my pen (...) I turned upon her and caught her by the throat. I did my best to kill her. My excuse, if I were to be had up in a court of law, would be that I acted in self-defence. Had I not killed her she would have killed me. She would have plucked the heart out of my writing. For, as I found, directly I put pen to paper, you cannot review even a novel without having a mind of your own, without expressing what you think to be the truth about human relations, morality, sex. (..) It is far harder to kill a phantom than reality”

- *Professions for Women*, Virginia Woolf

CONCLUSÃO

Os estudos feministas, na sua procura de novos caminhos para a igualdade de género, têm providenciado ferramentas vitais para a construção de novas sociedades orientadas por projectos democráticos de crescente complexidade e inclusão. Pelo seu carácter reflexivo, de constante incorporação e questionamento das fronteiras sempre movediças entre inclusão e exclusão, a prática e teoria feministas são, na nossa concepção, um dos melhores exemplos de como proceder a uma constante (re)elaboração de cartografias críticas. O que os estudos sobre as mulheres/estudos de género nos demonstram é que a qualidade política não é uma possibilidade do ser humano mas sim uma condição inalienável, constitutiva de toda a subjectividade.

Como procurámos salientar, é possível considerar *Equador* como uma narrativa política, de consciencialização e criação de esforços de emancipação em termos específicos da realidade colonial; é, aliás, possível considerar a obra como um manifesto contra a escravatura e as condições inumanas que os projectos colonialistas criavam. É através de Luís Bernardo, que incorpora características desejáveis e que se depreende

como o nexu moral de toda a história, que assistimos ao desenvolver de uma consciência crescentemente ética, claramente mobilizada para um objectivo final de eliminar o sistema esclavagista de que foi testemunha. Propõe-se então aqui o derrubar de um sistema que se considera como injusto e empobrecedor não apenas para quem é vítima directa do mesmo mas igualmente para quem dele usufrui.

Na metamorfose de um Luís Bernardo que procura avidamente conservar os seus privilégios e uma realidade que conhece e lhe é familiar, para um Luís Bernardo que aprende a viver de outra forma e encontra satisfação nessa transformação, é possível encontrar chaves para lidar com medos e ansiedades, fantasmas que assolam e previnem frequentemente processos de mudança. Terá Luís Bernardo encontrado o seu ‘anjo da casa’ – aqui entendido como o símbolo de todos os aspectos conservadores que norteiam e perfazem a tradição, impedindo uma reflexão divergente – e encontrado sucesso na sua eliminação, sendo assim possível, mesmo que por breves instantes, conceber novos mundos e novos horizontes?

Elementos conservadores, de estabilização, são parte integrante de qualquer narrativa, seja no campo literário, seja mesmo na vida quotidiana. Lidamos constantemente com uma tensão entre a tradição e o novo, não sendo claras as linhas que delimitam as mesmas. Narrativas de emancipação encerram nelas mesmas aspectos da tradição, seja por refutação dessa tradição, seja por incorporarem ainda essa mesma tradição. O que é novo poderá ser considerado subitamente como antiquado e desadequado às realidades emergentes; é assim numa constante procura e reflexão crítica que novos horizontes vão sendo formados, num processo contínuo e quiçá eterno. Como afirma Teresa Joaquim, “o inacabamento é necessário à própria democracia – mesmo se sempre de forma precária – para que ela se realize” (2006, p. 27).

Uma compreensão de *Equador* trará maiores benefícios ao situar-se nas tensões que o texto apresenta. Luís Bernardo é o ser mutante, que incorpora a mobilidade da narrativa e o desejo subjacente de mudança; certamente, o Luís Bernardo do início da obra não se reveria na imagem de um espelho que lhe mostrasse o Luís Bernardo do fim da obra. Luís Bernardo, considerando o desenrolar da narrativa, é um estranho para si mesmo, tornando-se um campo fértil de contemplação das possibilidades, consequências e mesmo desejabilidade das mudanças de que é alvo, algumas das quais ele mesmo provoca. Em suma, e como começa a própria obra, a questão que se coloca é

a de considerar os benefícios e propósitos das mudanças operadas na obra: terá valido a pena? Caso soubesse o desenrolar da sua própria história, questiona o narrador, teria Luís Bernardo encontrado o Rei e iniciado a sua viagem?

Há, desde as linhas iniciais, um aspecto trágico da narrativa que é realçado; sabemos intuitivamente que Luís Bernardo, este protagonista que nos conduzirá por toda obra, não terá um final pacífico. Sendo possível imputar este aspecto fatídico às pressões institucionais exercidas por um sistema colonialista que Luís Bernardo não encontrava forma de subverter, assistimos também ao desempenhar de políticas de género que, primando pela sua tradicionalidade e aspecto irreflectido ao se considerarem naturais, desempenham um papel fundamental na conclusão da obra. Como abordado anteriormente neste estudo, o projecto imperialista encerra no seu cerne aspectos de mestria e controlo que, atendendo às construções sociopolíticas, perfaziam (ou perfazem ainda) um ideal de masculinidade. *Equador* não escapa à manutenção e proliferação de normas de género, sendo contudo tais normas largamente veiculadas ao nível do não dito, embrenhadas na acção de tal forma que escapam a formulações concretas de dissidência e questionamento. Naturalizadas ao ponto da não disputa, as relações de género adquirem um teor linear; se é certo que existem situações espaçadas de rebelião dessas normas – a própria metamorfose do protagonista elucida alguns dos elementos mais destrutivos da masculinidade hegemónica – a ideologia dominante é a de conservação das relações de género em termos tradicionais.

Tal ideologia tem os seus efeitos: a complexidade subjacente a qualquer subjectividade humana não se encontra presente nas personagens mulheres. Ocupando posições tradicionais – largamente ditadas por uma determinada concepção da reprodução humana – a fonte de inteligibilidade passa pelos lugares comuns, perspectivando-se as mulheres apenas em função daquilo que podem dar aos homens, nomeadamente a concretização da sua sexualidade e demonstração da sua virilidade, envoltas sempre num manto heterossexual devorador e assim necessariamente de creditação da sua ‘verdadeira’ masculinidade. As mulheres adquirem aqui uma vertente de objectos subservientes às relações homosociais entre os homens, não se encontrando uma agência que crie a sugestão de espaços de independência. A dissidência que Ann apresenta é eclipsada por intrigas e dúvidas sobre o seu carácter, nomeadamente a validade dos seus sentimentos para com o protagonista; se Luís Bernardo sofre as represálias da sociedade ao procurar novas formas de relação com os escravos, Ann ao

procurar novas formas de relação com os homens e possivelmente consigo mesma sofre as represálias de uma sociedade que lança fortes dúvidas sobre a sua estabilidade mental e moral.

A distinção que gostaríamos de sublinhar é que ao passo que Luís Bernardo encontra validade nas suas acções – a obra termina com uma breve síntese do final do trabalho escravo em S. Tomé e Príncipe – as acções de Ann não encontram uma noção inteligível dos propósitos que procuravam alcançar. O que queria Ann? O que queriam Matilde e Doroteia, ou mesmo Maria Augusta da Trindade? Sabemos o que queriam Luís Bernardo e David, quais as suas ambições e projectos políticos; contrastemos essa clareza, mesmo que envolta em ocasionais complexidades advindas da relação entre ambos, com a inexistência de uma tradução clara das políticas das mulheres na obra. Se a obra apresenta um carácter preciso, evidente e claro ao nível das políticas dos personagens homens, as políticas das personagens mulheres apresentam-se como a sua pobre subjectividade, impossibilitando qualquer tentativa de inteligibilidade. Não parece existir uma clara tradução daquilo que as mulheres querem: assumimos, mediante uma leitura feminista, a existência de uma pluralidade de desejos, certamente orientados pelas situações que vivem, não assistindo contudo a tal descortinar das mulheres enquanto seres políticos.

O não reconhecimento de uma subjectividade mais rica não transparece apenas ao nível das personagens mulheres mas igualmente ao nível dos homens angolanos que perfazem a mão de obra escrava. Existindo momentos de reconhecimento, o mesmo encontra entraves pois o homem negro, não ocidental, é ainda concebido como feminino, e necessariamente afastado de uma maior inteligibilidade. Existe uma dinâmica de forças presente nesta tentativa de reconhecimento: por um lado, o reconhecimento de uma subjectividade mais complexa do homem não ocidental é necessário para o projecto político que sustém toda a obra, sendo importante reconhecer no outro não ocidental elementos comuns de humanidade que formem uma ponte para uma comunicação e tradução mútuas; por outro lado, esse reconhecimento é ameaçado pela sua própria novidade, inscrito como é no seio de uma sociedade que promove uma visão tradicionalista que concebe o outro não ocidental como indesejável e feminino. Ao nível da obra, a tensão é clara e a sua resolução não implica necessariamente um extinguir das suspeitas que perfazem o ser não ocidental. A união sexual de Ann e Gabriel naquele que fora o leito simbólico e material da privilegiada relação sexual em

moldes heterossexuais e colonizadores constituirá uma subversão ou uma confirmação da imaturidade e duplicidade ameaçadora do ser mulher e do ser não ocidental?

Gostaríamos de avançar com a hipótese de que a inexistência de uma disputa mais franca relativamente às normas que permeiam as relações de género na obra levam a uma impossibilidade sentida pelo próprio protagonista em recriar as suas relações, culminando no seu suicídio. A falta de ferramentas que providenciem uma base de tradução sente-se na incapacidade de tradução dos seus medos e angústias com um dos seus pares, David. Se, como vimos, essa incapacidade é imputada a Ann – sem Ann, é-nos dito, Luís Bernardo e David poderiam ter sido grandes amigos - o que gostaríamos de sugerir é que a compreensão mútua poderia ser alcançada ou no mínimo almejada caso houvesse uma tentativa de repensar novas formas de se relacionar, num plano democrático, com um outro masculino. Existe aqui um elemento fatídico, como se a reorganização da masculinidade fosse um atentado a algo natural.

Como (re)pensar as possibilidades de tradução, cientes de que a mesma implica um nível de distorção? Não parecendo haver a possibilidade de uma tradução inequívoca, o projecto de tradução tem sido contudo uma das bases da teoria e prática feminista. Se o Outro nos escapa, a relação com o Outro também pode ser inteligível. Como promover essa tradução?

Assentando na noção de agência humana, a tradução implica um repensar a ou na perspectiva do Outro; em suma, como seria este texto caso os seus aspectos invisíveis alcançassem o palco das representações? É uma pergunta que encontra concretização em várias obras: Charlotte Lennox parodiando a narrativa heróica de D. Quixote em *The Female Quixote*; Margaret Atwood, re-escrevendo a *Odisseia* do ponto de vista de Penélope; ou, voltando a um texto crucial do feminismo, o próprio *Orlando* que concretiza a relação dialógica e múltipla que cada ser humano opera em si mesmo, convidando-nos a repensar a complexa resolução de linhas imaginárias com que todos lidamos.

Seguindo esta tradição emancipatória – e cientes do paradoxo – surgem hipóteses de repensar alternativas à conceptualização que *Equador* oferece, resgatando o que de melhor a obra tem a oferecer no seu projecto democrático e actualizando-o em função das relações de género. Tal projecto implicaria uma maior mobilidade das vozes disponíveis e uma ilustração mais complexa dos conflitos e tensões que esses personagens, já anteriormente identificados como largamente silenciados, produzem

certamente na sua subjectividade. Em suma, como seria *Equador* caso o protagonista não fosse Luís Bernardo mas Ann? Que outras possibilidades de leitura gozariam de maior disponibilidade caso Ann, Matilde, Doroteia, Maria Augusta tivessem espaços para contar a sua história, o seu ponto de vista? Que outras pistas teríamos para pensar a ignomínia que é o projecto colonialista caso o protagonista fosse Josué ou Gabriel? Que possibilidades de tradução existiriam, nomeadamente no descortinar das complexas relações de poder que permeiam as masculinidades, num possível relato de Sebastião ao ilustrar as tensões presentes no seu serviço a um amo que reconhece como gentil mas que é igualmente uma peça fundamental na engrenagem colonialista que o aprisiona?

Encontramo-nos também cientes que estas hipóteses de re-escrita e re-leitura poderão igualmente encerrar aspectos perversos; o facto de recontar a obra por parte de Ann ou outras vozes silenciadas, se terá os seus efeitos emancipatórios a nível simbólico, poderá promover ainda noções essencialistas relativamente às relações de género. A voz de Outros constantemente silenciados presume-se, contudo, como uma necessidade política, vital para o próprio projecto democrático em que *Equador* se procura inserir. Ferramentas da contemporaneidade, como as redes sociais, *blogs*, entre outros, providenciam palcos democráticos, plurais, em que tais projectos de re-escrita e re-leitura alcançam novas dimensões de conceptualização e interpretação que poderão servir como chave fundamental para uma escrita atenta e interessada na alteridade do texto.

A discussão teórica e vertente prática promovida pelo interface entre os estudos feministas e estudos queer, também palco de conflitos, tem demonstrado uma capacidade surpreendente ao nível das suas propostas de conceber as masculinidades, nomeadamente a integração crescente e desejada das mesmas no projecto democrático. Os espaços que reservamos para a alteridade terão nessa medida de ser repensados, tendo sido nesse sentido sugeridas algumas pistas ao longo deste trabalho. Cientes da complexidade inerente ao género e outras dimensões sociais, encontramo-nos como considera o psicanalista Ken Corbett (2009) mais humildes nas nossas considerações sobre masculinidades; fruto do trabalho árduo de movimentos sociais e de uma academia que se procura cada vez mais crítica e activa nestas áreas, a multiplicidade de identificações e fantasias que servem como pano de fundo à construção do género, encontram-se em franca expansão ao nível da sua tradução.

É neste sentido que as palavras de Virginia Woolf ressoam ainda na sua necessidade política e afectiva:

Why not bring together people of all ages and both sexes and all shades of fame and obscurity so that they can talk, without mounting platforms or reading papers or wearing expensive clothes or eating expensive food? Would not such a society be worth, even as a form of education, all the papers on art and literature that have ever been read since the world began? Why not abolish prigs and prophets? Why not invent human intercourse? Why not try? (Woolf, 2008, p. 163)

Fruto da imaginação humana, linhas imaginárias são criadas e recriadas. O olhar crítico e necessariamente móvel dos estudos sobre as mulheres/estudos de género tem criado condições para pensar um projecto democrático cujas fronteiras incluam outros cujas subjectividades e vozes foram e são alvo de constante silenciamento, idealmente saudando conflitos e divergências como motores da própria emancipação. O projecto democrático iniciado por *Equador* beneficiaria assim, como procurámos demonstrar no presente estudo, das considerações formuladas no âmbito desta área; contudo, será possível tal tradução?

REFERÊNCIAS

Obras de Ficção

- Atwood, M. (2005). *The Penelopiad: The myth of Penelope and Odysseus*. Edinburgh: Canongate Books.
- Coetzee, J. M. (2003). *Elizabeth Costello*. London: Martin Secker & Warburg Ltd.
- Conrad, J. (1902/1999). *Heart of darkness & other stories*. London: Wordsworth Classics.
- Eugenides, J. (2002). *Middlesex*. London: Bloomsbury.
- Lennox, C. (2008). *The female Quixote: Or the adventures of Arabella*. Oxford: Oxford University Press.
- Ondaatje, M. (1992). *The english patient*. London: Picador.
- Pamuk, O. (2006). *Nobel Lecture: My father's suitcase*. Consultado em 2 de Setembro de 2009 através de http://nobelprize.org/nobel_prizes/literature/laureates/2006/pamuk-lecture_en.html
- Tavares, M. S. (2003). *Equador*. Lisboa: Oficina do Livro.
- Woolf, V. (1928/2003). *Orlando*. Hertfordshire: Wordsworth Classics.

Obras Teóricas e Críticas

- Alsop, R., Fitzsimons, A., & Lennon, K. (2002). *Theorizing gender*. Cambridge: Polity Press.

- Amâncio, L. (2004). A(s) masculinidade(s) em que-estão. In L. Amâncio (Ed.), *Aprender a ser homem: construindo masculinidades* (pp. 13-27). Lisboa: Livros Horizonte.
- Armstrong, K. (2009). Conseguimos nós viver sem o Outro? In *Podemos viver sem o Outro? As possibilidades e os limites da multiculturalidade* (pp. 127-137). Lisboa: Tinta da China.
- Badinter, E. (1997). O enigma masculino. In E. Badinter (Ed.), *XY: A identidade masculina* (3ª ed., traduç. Portuguesa) (pp. 15-58). Lisboa: Edições Asa.
- Barbosa, M. (2008). *Que força é essa*. Lisboa: Sextante Editora.
- Barreno, M. I., Horta, M. T., & Velho da Costa, M (1972/2001). *Novas Cartas Portuguesas* (8ª Ed.). Lisboa: Publicações D. Quixote.
- Barry, P. (2002). *Beggining theory: An introduction to literary and cultural theory* (2nd Ed.). Manchester: Manchester University Press.
- Barthes, R. (1968/1977). The death of the author. In R. Barthes (Ed.), *Image-Music-Text* (pp. 142-148). New York: Hill and Wang.
- Barthes, R. (1972). Par où commencer? In R. Barthes (Ed.), *Le degree zero de l'écriture* (pp. 140-150). Paris: Seuil.
- Beasley, C. (1999). *What is feminism?: An introduction to feminist theory*. London: Sage.
- Beauvoir, S. (1949/1976). *Le deuxième sexe II*. Paris: Gallimard.
- Belsey, C. (2002). *Poststructuralism: A very short introduction*. Oxford: Oxford University Press.
- Berg, L. D. & Longhurst, R. (2003). Placing masculinities and geography. *Gender, Place and Culture*, 10 (4), 351-360.
- Beynon, J. (2002). *Masculinities and culture*. Philadelphia: Open University Press.
- Braidotti, R. (1994/2002). A diferença sexual como um projecto político nómada. In A. G. Macedo (Org.), *Género, identidade e desejo: Antologia crítica do feminismo*

- contemporâneo* (pp. 143-160) (Obra original publicada em 1994). Lisboa: Edições Cotovia.
- Butler, C. (2002). *Postmodernism: A very short introduction*. Oxford: Oxford University Press.
- Butler, J. (1999). *Gender trouble* (2ª Ed. rev.). New York: Routledge.
- Butler, J. (2000). Looking for recognition: Commentary on the work of Jessica Benjamin. *Studies in Gender and Sexuality*, 1 (3), 271-290.
- Butler, J. (2003). Violence, mourning, politics. *Studies in gender and sexuality*, 4 (1), 9-37.
- Cixous, H. (1986/2004). Sorties. In A. Easthope & K. McGowan (Eds.), *A critical and cultural theory reader* (pp. 157-167). Berkshire: Open University Press.
- Connell, R. W. (2000). *The men and the boys*. Cambridge: Polity Press.
- Connell, R. W. (2002). *Gender*. Cambridge: Polity Press.
- Connell, R. W. (2005a). *Masculinities* (2ª Ed.). Cambridge: Polity Press.
- Connell, R. W. (2005b). Hegemonic masculinity: Rethinking the concept. *Gender & Society*, 19 (6), 829-859.
- Connell, R. (2007, October). *Masculinities, power, & the epidemic: Messages of social research*. Paper presented at the Politicising Masculinities Symposium, Dakar.
- Connell, R. W. (2009). *Gender* (2ª Ed.). Cambridge: Polity Press.
- Corbett, K. (2008). Gender now. *Psychoanalytic Dialogues*, 18, 838-856.
- Corbett, K. (2009). *Bohhoods: Rethinking masculinities*. London: Yale University Press.
- Culler, J. (2004). Omniscience. *Narrative*, 12 (1), 22-34.
- Culler, J. (2006). Knowing or creating? A response to Barbara Olson. *Narrative*, 14 (3), 347-348.
- Czarniawska, B. (2004). *Narratives in social science research*. London: Sage.

- Davis, K. (2008). Intersectionality as buzzword: A sociology of science perspective on what makes a feminist theory successful. *Feminist Theory*, 9 (1), 67-85.
- Doyle, J. A. (1983). The historical perspective. In J. A. Doyle (Ed.), *The male experience* (pp. 22-46). Dubuque, Iowa: W.M.C. Brown.
- Eco, U. (2003). *Sobre literatura* (Trad. Portuguesa). Algés: Difel.
- Edwards, T. (2005). Queering the pitch? Gay masculinities. In M. S. Kimmel, J. Hearn, & R. W. Connell (Eds.), *Handbook of Studies on Men and Masculinities* (pp. 51-68). London: Sage.
- Felski, R. (2003). *Literature after feminism*. Chicago: The University of Chicago Press.
- Felski, R. (2008). *The uses of literature*. Oxford: Blackwell.
- Foucault, M. (1969/2009). *O que é um autor?* (7ª Ed., Trad. Portuguesa). Lisboa: Nova Vega.
- Frosh, S. (2002). *After words: The personal in gender, culture and psychotherapy*. New York: Palgrave.
- Frosh, S. (2006). *For and against psychoanalysis* (2ª Ed.). New York: Routledge.
- Gannon, S., & Davies, B. (2007). Potsmodern, poststructural, and critical theories. In S. N. Hesse-Biber (Ed.), *Handbook of Feminist Research: Theory and Praxis* (pp. 71-106). London: Sage.
- Gilmore, D. D. (1990). The manhood puzzle. In D. D. Gilmore (Ed.), *Manhood in the making: Cultural concepts of masculinity* (pp. 9-29). London: Yale University Press.
- Gubar, S. (1998). What ails feminist criticism? *Critical Inquiry*, 24 (4), 878-902.
- Halberstam, J. (1998). *Female masculinity*. Durham: Duke University Press.
- Hantover, J. P. (1997). The boy scouts and the validation of masculinity. In M. S. Kimmel & M. A. Messner (Eds.), *Men's lives* (4ª Ed., pp. 101-108). Boston: Allyn and Bacon.

- Harding, S. (2008). *Sciences from below: Feminisms, postcolonialities, and modernities*. Durham: Duke University Press.
- Hearn, J. (2001, March). *Men and gender equality: Resistance, responsibilities and reaching out*. Paper presented at the Men and Gender Equality Conference, Örebro, Sweden.
- Hearn, J. & Collinson, D. L. (1994). Theorizing unities and differences between men and between masculinities. In H. Brod & M. Kaufman (Eds.), *Theorizing Masculinities* (pp. 97-118). London: Sage Publications.
- hooks, b. (1981). *Ain't I a woman: Black women and feminism*. Cambridge: South End Press.
- hooks, b. (1984). *Feminist theory: From margin to center*. Cambridge: South End Press.
- hooks, b. (2000a). *Feminism is for everybody*. London: Pluto Press.
- hooks, b. (2000b). *Feminist theory: From margin to center* (2^a Ed.). London. Pluto Press.
- hooks, b. (2004). *We real cool: Black men and masculinity*. London: Routledge.
- Irigaray, L. (2008). *Sharing the world: From intimate to global relations*. London: Continuum International Publishing Group.
- Joaquim, T. (2006). *As causas das mulheres: A comunidade infigurável*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Kabesh, A. T. (2009). Injurious imperialism: Reflecting on my father. *Journal of Postcolonial Writing*, 45 (3), 341-350.
- Kimmel, M. (2002). Foreword. In J. K. Gardiner (Ed.), *Masculinity studies & feminist theory: New directions* (pp. ix-xi). New York: Columbia University Press.
- Kimmel, M. S. (2006). *Manhood in America: A cultural history* (2^a ed.). Oxford: Oxford University Press.
- Laqueur, T. (1990). *Making sex: Body and gender from the Greeks to Freud*. Cambridge: Harvard University Press.

- Lauretis, T. (1990). Feminism and its differences. *Pacific Coast Psychology*, 25 (1/2), 24-30.
- Lawrence, K. R. (1992). Orlando's voyage out. *Modern Fiction Studies*, 38 (1), 253-277.
- Lingiardi, V. (2007). Dreaming gender: Restoration and transformation. *Studies in Gender and Sexuality*, 8 (4), 313-331.
- Lodge, D. (1992). *The art of fiction*. London: Penguin Books.
- Lorber, J. (1994). *Paradoxes of gender*. London: Yale University Press.
- Maguire, M. (2001). Women's sexuality in the new millennium. In C. Harding (Ed.), *Sexuality: Psychoanalytic perspectives* (pp. 104-120). Philadelphia: Brunner Routledge.
- McCall, L. (2005). The complexity of intersectionality. *Signs*, 30 (3), 1771-1800.
- McGowan, T. (2008). The case of the missing signifier. *Psychoanalysis, Culture & Society*, 13, 48-66.
- Mendoza, S. (2001). Genital and phallic homosexuality. In C. Harding (Ed.), *Sexuality: Psychoanalytic perspectives* (pp. 153-169). Philadelphia: Brunner Routledge.
- Messner, M. A. (2003). Becoming 100 percent straight. In M. S. Kimmel, & A. L. Ferber (Eds.), *Privilege* (pp. 181-188). Cambridge: Westview Press.
- Millett, K. (1969/2000). *Sexual politics*. Chicago: University of Illinois Press.
- Mitchell, S. (2000). Juggling paradoxes: Commentary on the work of Jessica Benjamin. *Studies in gender and sexuality*, 1 (3), 251-269.
- Mohanty, C. (2003). *Feminism without borders: Decolonizing theory, practicing solidarity*. London: Duke University Press.
- Moi, T. (2002). *Sexual/Textual politics* (2^a Ed.). New York: Routledge.
- Moi, T. (2008). 'I am not a woman writer': About women, literature and feminist theory today. *Feminist theory*, 9 (3), 259-271.

- Mol, A. (2008). I eat an apple. On theorizing subjectivities. *Subjectivity*, 22, 28-37.
- Nogueira, C. (2001). *Um novo olhar sobre as relações sociais de gênero: Feminismo e perspectivas críticas na psicologia social*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Nogueira, C. (2004). Ter ou fazer o gênero : O dilema das opções metodológicas na psicologia social. In Guareschi, N. M. de F. (Ed.), “*Estratégias de invenção do presente: A psicologia social no contemporâneo*” (pp. 249-284). Porto Alegre: EDIPUCRS.
- Olher, R. M. (2008). Literatura e instituição. *Anuário de Literatura*, 13 (2), 76-85.
- Orford, J. (2008). *Community psychology: Challenges, controversies and emerging consensus*. West Sussex: John Wiley and Sons.
- Patterson, S. (2006). Postcards from the Raj. *Patterns of Prejudice*, 40 (2), 142-158.
- Penedo, S. L. (2008). *El laberinto queer*. Barcelona: EGALES.
- Prata, R. (2002). *Literatura e História: O Texto e o Autor*. Consultado em 6 de Janeiro de 2010 através de <http://repositorioaberto.univ-ab.pt/handle/10400.2/319>
- Rappaport, J. (1995). Empowerment meets narrative: Listening to stories and creating settings. *American Journal of Community Psychology*, 23(5), pp. 795-807.
- Reis, C. (2008). *O conhecimento da literatura* (2ª Ed.). Coimbra: Edições Almedina.
- Rich, A. (1980). Compulsory heterosexuality and lesbian existence. *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, 5 (4), 631-660.
- Rich (1986/2002). Notas para uma política da localização. In A. G. Macedo (Org.), *Gênero, identidade e desejo: Antologia crítica do feminismo contemporâneo* (Trad. Portuguesa, pp. 15-35) (Obra original publicada em 1986). Lisboa: Edições Cotovia.
- Risman, B. J. (2004). Gender as a social structure: Theory wrestling with activism. *Gender & Society*, 18 (4), 429-450.

- Robinson, V. (1997). Introducing Women's Studies. In V. Robinson & D. Richardson (Eds.), *Introducing Women's Studies* (2^a Ed., pp. 1-26). New York: Palgrave.
- Rodrigues, I. O. (2008). O romance histórico revisitado em *Equador*, de Miguel Souza Tavares. *Letras de Hoje*, 43 (4), 36-41.
- Roese, N. J. (1997). Counterfactual thinking. *Psychological Bulletin*, 121(1), 133-148.
- Rooney, E. (2006). Introduction. In E. Rooney (Ed.), *The Cambridge Companion to Feminist Literary Theory* (pp. 1-26). Cambridge: Cambridge University Press.
- Saad, T., & Carter, P. (2005). The entwined spaces of 'race', sex and gender. *Gender, Place and Culture*, 12 (1), 49-51.
- Schoene-Harwood (2000). *Writing men: Literary masculinities from Frankenstein to the New Man*. Edinburgh: Edinburgh University Press.
- Sedgwick, E. K. (1985). *Between men: English literature and male homosocial desire*. New York: Columbia University Press.
- Segal, L. (1988). *Is the future female? Troubled thoughts on contemporary feminism*. New York: Peter Bedrick Books.
- Segal, L. (1999). *Why feminism?* New York: Columbia University Press.
- Segal, L. (2007). *Slow motion: Changing masculinities, changing men*. New York: Palgrave Macmillan.
- Segal, L. (2008). After Judith Butler: Identities, who needs them? *Subjectivity*, 25, 381-394.
- Sieber, C. (s/d). "Equador" – A discursividade híbrida de Miguel Sousa Tavares. Consultado em 5 de Setembro de 2009 através de <http://magenta.ruc.dk/cuid/publikationer/publikationer/XVI-SRK-Pub/SMO/SMO01-Sieber/>
- Sinha, M. (1999). Giving masculinity a history: Some contributions from the historiography of colonial India. *Gender & History*, 11 (3), 445-460.
- Stone-Mediatore, S. (2003). *Reading across borders: Storytelling and knowledges of resistance*. New York: Palgrave.

- Tavares, M. (2000). *Movimentos de mulheres em Portugal – Décadas de 70 e 80*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Thrift, N. (2008). I just don't know what got into me: Where is the subject? *Subjectivity*, 22, 82-89.
- Tyson, L. (2006). *Critical theory today: A user-friendly guide*. New York: Routledge.
- Vale de Almeida, M. (2000). *Senhores de si: Uma interpretação antropológica da masculinidade*. Lisboa: Fim de Século.
- Vale de Almeida, M. (2005). Masculinidade. In A. G. Macedo & A. L. Amaral (Orgs.), *Dicionário da Crítica Feminista* (pp. 122-123). Porto: Edições Afrontamento.
- Vale de Almeida, M. (2009). *A chave do armário: Homossexualidade, casamento, família*. Lisboa: ICS.
- Verhaeghe, P. (2004). Phallacies of binary reasoning. In I. Matthis (Ed.), *Dialogues on sexuality, gender, and psychoanalysis* (pp. 53-66). London: Karnac.
- Verloo, M. (2006). Multiple inequalities, intersectionality and the European Union. *European Journal of Women's Studies*, 13 (3), 211-228.
- Vilar, E. R. (2009). Apresentação. In *Podemos viver sem o Outro? As possibilidades e os limites da multiculturalidade* (pp. 9-14). Lisboa: Tinta da China.
- Wiegman, R. (2002). Unmaking: Men and masculinity in feminist theory. In J. K. Gardiner (Ed.), *Masculinity studies & feminist theory: New directions* (pp. 31-59). New York: Columbia University Press.
- Woolf, V. (2008). *Virginia Woolf: Selected Essays*. Oxford: Oxford University Press.
- Young, R. J. C. (1996). *Torn halves: Political conflict in literary and cultural theory*. Manchester: Manchester University Press.
- Žižek, S. (1989/2004). Fantasy as a support of reality. In A. Easthope & K. McGowan (Eds.), *A critical and cultural theory reader* (pp. 70-72). Berkshire: Open University Press.